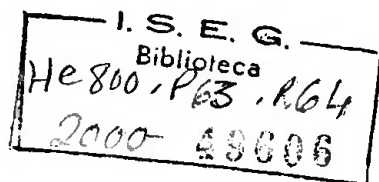


UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO
MESTRADO EM : Desenvolvimento e Cooperação Internacional (1997/1998)



O DESENVOLVIMENTO HUMANO E A AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO
UMA APLICAÇÃO À ÁFRICA SUBSAARIANA

Jorge Manuel da Rocha Rodrigues

Orientação: Professor Doutor Carlos Alberto Pestana Barros

Júri:

Presidente: Professor Doutor Jochen Oppenheimer

Vogais: Professor Doutor Carlos Alberto Pestana Barros
Professor Doutor Manuel Couret Pereira Branco

Junho/2000

ABREVIATURAS

APD – Ajuda Pública ao Desenvolvimento

BM – Banco Mundial

CAD – Comité de Ajuda ao Desenvolvimento

CF – Cooperação Financeira

CT – Cooperação Técnica

DHE – Desenvolvimento Humano elevado

DHM – Desenvolvimento Humano médio

DHB – Desenvolvimento Humano baixo

HIPC – Países pobres altamente endividados

FMI – Fundo Monetário Internacional

IDE – Investimento Directo Estrangeiro

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

OFO – Outros Fluxos Oficiais

ONU – Organização das Nações Unidas

OCDE – Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico

PAE – Programa de Ajustamento Estrutural

PFR – Países de Fraco Rendimento

PIB – Produto Interno Bruto

PMA – Países Menos Avançados

PNB – Produto Nacional Bruto

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPC – Paridade do Poderes de Compra

PRIT – Países de Rendimento Internacional Médio

PVD – Países em Vias de Desenvolvimento

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

RESUMO:

O conceito de Desenvolvimento Humano apresentado pelo PNUD a partir de 1990, introduz uma perspectiva nova tanto no que se refere à “avaliação” do desenvolvimento como na política económica da cooperação internacional.

A APD tem sofrido alterações cuja avaliação do seu impacto tem sido feita com referência ao conceito de crescimento e utilizando os indicadores “ortodoxos”, pelo que a maioria dos estudos sobre a ajuda não são elaborados na perspectiva do desenvolvimento humano.

O presente trabalho analisa o Índice do Desenvolvimento Humano a Ajuda Pública ao Desenvolvimento, expondo-se o conceito e a sua evolução, analisando-se a situação da África Subsaariana, no período de 1990-1997.

Testa-se a correlação entre Índice de Desenvolvimento Humano e a Ajuda Pública, constatando-se que a África Subsaariana na perspectiva do desenvolvimento Humano não progrediu e aumentou o desvio em relação às outras áreas regionais em desenvolvimento.

Verifica-se uma alteração à ajuda aos PVD na década de noventa, mantendo-se a mesma estrutura na África Subsaariana, concluindo-se que esta não contribui para alterar a situação de “subdesenvolvimento” da região.

Palavras chave: Desenvolvimento; Desenvolvimento Humano; Crescimento, Ajuda; África Subsaariana; Modelo/Econométrico.

SUMMARY:

The Human Development concept presented by UNDP since 1990 introduces a new perspective both relating to the development “evaluation” and the economic politics of international cooperation.

The PAD has suffered some changes, whose impact evaluation has been done referring to the concept of growth and using the “orthodox” indicators, and that is why most of studies about aid are not made in the human development view.

This study of the analyses the Human Development Indices and the Public Aid to Development, explaining the concepts and their evolution and analysing the situation of Sub-Saharan Africa for the period of 1990-1997.

The study tests the correlation between the Human Development Index and Public Aid, and it notices that Sub-Saharan Africa has not made progresses in the Human Development view and that it has increased it's distance towards the other developing regions.

We notice a change in the aid to developing countries in the nineties decade, but the structure in Sub-Saharan Africa remains the same. Therefore, we conclude that it doesn't contribute to change the situation of “sub-development” in the region.

Key words: Development; Human Development, Growth; Aid; Sub-Saharan Africa; Model.

ÍNDICE	Pág.
Índice de Quadros e Gráficos	5
Agradecimentos	7
Introdução	8
1. O Desenvolvimento Humano e a África Subsaariana	12
1.1 Conceito de Desenvolvimento Humano	12
1.2 O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	14
1.3 A situação do IDH na África Subsaariana e Evolução	18
1.3.1 Situação actual (enquadramento nos PVD)	19
1.3.2 Evolução dos indicadores do desenvolvimento humano	20
1.3.3 A situação dos países da África Subsaariana pelo valor do IDH	23
1.4 Conclusão	28
2. A Ajuda Pública ao Desenvolvimento	31
2.1 Conceito	31
2.2 Análise da evolução dos fluxos globais destinados para os PVD	34
2.2.1 Origem da APD concedida pelos países do CAD	36
2.2.2 Repartição regional da APD	37
2.3 A análise dos fluxos globais para a África Subsaariana	39
2.3.1 Ajuda oficial em percentagem do PIB e Ajuda <i>per capita</i>	41
2.3.2 Concessionalidade da APD - Donativos versus Empréstimos	45
2.3.3 Compromissos por sectores	46
2.4 Conclusão	49
3. O Modelo	51
3.1 O Modelo Bivariado: IDH e APD	53
3.2 O Modelo Multivariado	54
3.2.1 O Modelo Global	56
3.2.2 O Modelo “pooled”	58
3.3 Análise da contribuição de cada variável	61
3.4 Análise da causalidade entre IDH e APD	63
3.5 Conclusão	63
4. O Desenvolvimento Humano e a Ajuda Pública ao Desenvolvimento	66
4.1 O Desenvolvimento Humano	68
4.2 A Ajuda e Desenvolvimento	75
4.3 Conclusões	76

5. Bibliografia	81
6. Anexos	85
Anexo 1 : Fórmulas de Cálculo do IDH 1999	86
Anexo 2 : Índice de Desenvolvimento Humano, África Subsaariana 1994	87
Anexo 3 : Ajuda Pública ao Desenvolvimento – África Subsaariana 1987 a 1997	88
Anexo 4 : Países e territórios em desenvolvimento (Ajuda Pública ao Desenvolvimento)	89
Anexo 5 : Índice de Desenvolvimento Humano – 1999	90
Anexo 6 : Índice de Desenvolvimento Humano – 1998	91
 7. Índice de Quadros e Gráficos	
Quadro 1 – Índice do Desenvolvimento Humano – 1999	19
Quadro 2 – Esperança de Vida à Nascimento (anos)	20
Quadro 3 – Taxa de Alfabetização de Adultos (%)	21
Quadro 4 – PIB /per capita (dólares de 87)	22
Quadro 5 – Taxa de Crescimento do PNB <i>per capita</i> 1975/95 (%)	22
Quadro 6 – Taxa de Crescimento Anual do PNB 1975/95 (%)	22
Quadro 7 – Classificação dos Países África Subsaariana pelo IDH	25
Quadro 8 – Fluxos globais líquidos dos países do CAD e agências multilaterais aos beneficiários da ajuda	34
Quadro 9 – Evolução da APD (em % do PNB) dos países do CAD	36
Quadro 10 – Ajuda Pública ao desenvolvimento em 1997	37
Quadro 11 – Repartição Geográfica das receitas líquidas APD.	38
Quadro 12 – África Subsaariana – Composição dos Fluxos Globais (1990 – 1997)	40
Quadro 13 – APD – todos os doadores em percentagem do PIB-1996 – África Subsaariana.	41
Quadro 14 – APD per capita – todos os doadores 1996 – África Subsaariana	41
Quadro 15 – Empréstimos e Donativos dos países do CAD e multilaterais - África Subsaariana	45
Quadro 16 – Ajuda Bilateral por objectivos (milhões de dólares) – África Subsaariana	47
Quadro 16.1 – Ajuda Bilateral por objectivos (percentagem) – África Subsaariana	47
Quadro 17 – Matriz de correlação	51
Quadro 18 – Regressão do modelo 3	53
Quadro 19 – Características das variáveis:	55
Quadro 20 – Modelo Global pelo Método dos mínimos quadrados	56
Quadro 21 – Modelo Global pelo GMM	57
Quadro 22 – Modelo Global pelo GMM corrigido de escolaridade	58
Quadro 23 – Modelo “pooled” com o método dos mínimos quadrados.	59
Quadro 24 – Modelo “pooled” pelo GMM	59

Quadro 25 – Modelo “pooled” pelo GMM sem escolaridade	60
Quadro 26 – Modelo “pooled” pelo GMM sem PIB	61
Quadro 27 – Modelo “pooled” pelo GMM sem APD	61
Quadro 28 – Modelo “pooled” pelo GMM sem esperança de vida	61
Quadro 29 – Modelo “pooled” pelo GMM sem alfabetização	62
Quadro 30 – Índice do Desenvolvimento Humano 1997	69
Quadro 31 – Estrutura sectorial da produção da África Subsaariana	72
Quadro 32 – Estrutura económica da África Subsaariana	72
Quadro 33 – Valor acrescentado da África Subsaariana	72
GRÁFICO 1 – Total Líquido dos Recursos da Ajuda em 1997 – repartição por região	38
GRÁFICO 2 – APD Líquida em % do PIB em 1996 – África Subsaariana	43
GRÁFICO 3 – APD Líquida em per capita – todos os doadores – África Subsaariana	44

AGRADECIMENTOS

Agradeço em geral aos professores do Mestrado em Desenvolvimento de Cooperação Internacional do ano lectivo de 1997/98, e aos meus colegas do mestrado.

Ao coordenador do Mestrado Professor Jochen Oppenheimer o meu agradecimento, pelas sugestões e o apoio à escolha do tema; ao Professor Almeida Serra pelas sugestões sobre o desenvolvimento do trabalho; e ao orientador da tese, Professor Carlos Barros pela disponibilidade e empenho demonstrado durante o período de elaboração deste trabalho.

Agradeço também à minha colega Elvira Leite pelas discussões sobre os temas do desenvolvimento. Finalmente à minha mulher e à minha filha pelo apoio que demonstraram nos momentos de trabalho mais intensivo.

INTRODUÇÃO

O trabalho que agora se apresenta sobre o Desenvolvimento Humano e a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) na África Subsaariana é o resultado da elaboração da tese do mestrado de Desenvolvimento e Cooperação Internacional de 1997/98 do ISEG e insere-se na linha de estudo do referido mestrado.

A evolução económica e social dos chamados países em vias de desenvolvimento (PVD) no seu conjunto tem sofrido uma profunda alteração no contexto internacional, sem contudo se verificar uma evolução positiva no que se refere ao crescimento e ao desenvolvimento sobretudo na região da África Subsaariana. Nesta região as crises são persistentes e a sua evolução económica e social não tem evoluído favoravelmente, tendo em alguns países regredido. A estrutura económica, social e política não permitiu na maioria dos países, estabelecer um processo de desenvolvimento capaz de melhorar as condições de vida em geral e o crescimento das suas economias.

Ao nível internacional as políticas de cooperação, apesar das manifestações de intenção, também não têm evoluído para um processo que garanta um apoio inequívoco ao desenvolvimento da região. Sobre a eficácia da Ajuda os seus resultados são duvidosos e contraditórios, não se verificando uma relação inequívoca entre Ajuda e Desenvolvimento.

A partir da década de sessenta as políticas de cooperação, independentemente dos seus efeitos, tem tido uma influência determinante no relacionamento entre países industrializados e PVD assim como na própria política internacional. A "política da ajuda" e nomeadamente a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) tem sofrido alterações, ao longo do tempo tanto na forma da sua aplicação, como na sua composição e montantes. Alterou-se a composição da ajuda oficial em resultado da evolução económica das diferentes áreas regionais e dos diferentes processos de desenvolvimento adoptados. A situação dos PVD, tornou-se mais complexa apresentando actualmente situações diversas. A África Subsaariana continua a

apresentar uma situação díspar das outras regiões em desenvolvimento, no aspecto político, económico e em relação às políticas de cooperação e desenvolvimento.

A internacionalização da economia, a chamada “globalização”, configurando uma nova época de intervenção entre os países e economias, mudou a ordem política internacional e alterou as políticas económicas com efeitos diversos no chamado grupo dos PVD. Enquanto alguns países fizeram grandes progressos, outros falharam, marginalizando-se. O desenvolvimento dos mercados financeiros dos chamados países emergentes alteraram a composição dos fluxos de capitais dirigidos aos PVD, o que provocou uma marginalização de algumas regiões, com consequências na política de ajuda. Apesar desta evolução da economia internacional, mantém-se a dependência de determinadas regiões em relação à ajuda, como por exemplo a África Subsaariana.

O Relatório Mundial do Desenvolvimento Humano, elaborado pelo PNUD a partir de 1990 apresenta uma perspectiva diferente de análise no que se refere ao “desenvolvimento” introduzindo o conceito de Desenvolvimento Humano, com o objectivo, entre outros, de analisar como o crescimento se traduz – ou não se traduz – em desenvolvimento humano nas diferentes sociedades. Nesta perspectiva, os relatórios anuais publicados pretendem avaliar a posição relativa dos diferentes países e o progresso em termos de desenvolvimento humano, isto é, os efeitos do crescimento e do desenvolvimento em benefício das populações.

Dito de outra forma o Relatório Mundial do Desenvolvimento Humano pretende introduzir uma nova filosofia de análise e medida do desenvolvimento, através do conceito e do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Este índice elaborado com base no conceito de desenvolvimento humano, tem o objectivo de medir o desenvolvimento, não em função exclusiva do crescimento do PIB, mas através da relação entre crescimento e “desenvolvimento humano” considerando este, como um processo que conduza ao alargamento das possibilidades que se oferecem a cada um e que o desenvolvimento tenha como objectivo o benefício do indivíduo e das populações. (PNUD, 1990)

Esta visão do desenvolvimento implica uma nova orientação na política económica . A medida do Desenvolvimento Humano leva a que a análise do “Desenvolvimento” tenha outro tipo de leitura.

É nesta perspectiva que se pretende analisar a situação do conjunto de países da África Subsaariana, a sua evolução (na década de 1990) e a sua inserção no contexto da cooperação internacional. Por outro lado na medida em que a APD tem como o objectivo principal “facilitar o desenvolvimento económico e melhorar as condições de vida” (CAD 1998, pág. 149), pretende-se analisar a evolução da APD em correlação com a perspectiva do desenvolvimento humano. A análise que se segue no seu aspecto fundamental, é uma abordagem global da situação desta região na perspectiva do desenvolvimento humano desde a sua introdução pelo PNUD em 1990 até ao último relatório publicado em 1999, e da evolução Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) destinada à região.

As análises sistemáticas baseadas na evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em virtude da mudança de metodologia deste índice a partir de 1994, só são possíveis a partir deste ano.

O trabalho é composto por quatro partes. As duas primeiras partes foram elaboradas de forma a permitirem uma visão global da situação da região pelo valor do IDH, e da Ajuda Pública ao Desenvolvimento.

Na primeira parte intitulada “O Desenvolvimento Humano” será explicitado em primeiro lugar o que o PNUD entende por Desenvolvimento Humano e com base nos relatórios de 1990 a 1999 será efectuada uma análise da situação da África Subsaariana na perspectiva da evolução do IDH, assim como sua posição relativamente às outras regiões e ao conjunto dos PVD.

Na segunda parte com o título Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), apresenta-se uma análise, em termos de desembolsos da APD recebida pela África Subsaariana no contexto dos fluxos globais. Como introdução a este capítulo é apresentada a evolução dos fluxos globais recebidos pelos PVD, de forma a caracterizar a situação da África Subsaariana relativamente às outras regiões em desenvolvimento.

Na terceira parte apresenta-se um modelo econométrico que testa a relação entre IDH e APD de forma a detectar as suas eventuais relações e o contributo de cada uma das componentes do IDH para o desenvolvimento humano.

A última parte é um capítulo conclusivo subordinado ao título Desenvolvimento Humano e Ajuda em que se caracteriza a situação do Desenvolvimento Humano da África Subsaariana em termos de IDH e se compara com a evolução da ajuda recebida pela região. Paralelamente pretende-se analisar quais as eventuais influências (ou relações) da política de ajuda no Desenvolvimento Humano. Sendo um dos objectivos do IDH medir, tanto o progresso interno (ou absoluto) dos países, como a sua posição relativa no contexto internacional e sendo a APD na sua origem resultante das relações de cooperação entre países ricos e países pobres, pretende-se comparar a progressão verificada entre APD e IDH.

Como material básico serão utilizados os relatórios anuais do PNUD de 1990 a 1999 tanto na perspectiva teórica que introduzem como na análise dos elementos estatísticos apresentados nestes relatórios. Os relatórios contêm as estatísticas económicas e sociais que servem de base à elaboração do IDH, e este é o resultado da agregação e tratamento daquelas estatísticas. Utilizou-se fundamentalmente as estatísticas que constam do Relatório, inclusive as da APD, para as análises sistemáticas e na elaboração do modelo. Para complemento destes dados principalmente para a análise da APD foram utilizados os relatórios do CAD e as estatísticas do Banco Mundial.

O período de análise foi de 1990 a 1999, coincidente com o período dos Relatórios do Desenvolvimento Humano publicados pelo PNUD. Naturalmente o relatório de noventa é elaborado com dados estatísticos de 1988 e o relatório de 1999 com dados de 1997. Para análise do modelo utilizou-se os dados dos relatórios 1994 a 1999 (período em que a metodologia do IDH não se alterou).

1 – O DESENVOLVIMENTO HUMANO E A ÁFRICA SUBSAARIANA

1.1 – CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

O Relatório mundial sobre o desenvolvimento humano na sua primeira publicação em 1990, introduz o conceito de Desenvolvimento Humano, procura apresentar os fundamentos duma nova abordagem e “fornecer uma contribuição para a definição , a medida e a análise política do desenvolvimento humano”. (PNUD; 1990; prefácio iii). A tese central do Relatório no que se refere ao “desenvolvimento” é analisar e avaliar como as populações participam e beneficiam do crescimento económico, isto é, o desenvolvimento humano é apresentado na perspectiva do desenvolvimento ser orientado no interesse e benefício do indivíduo e das populações: o que realmente interessa analisar é como o indivíduo participa no crescimento económico e como beneficia dele. O processo produtivo é considerado como indispensável ao crescimento económico e ao desenvolvimento, mas o mais importante é saber como este contribui para as oportunidades económicas ao nível nacional e global e, como estas se partilham e podem ser medidas ao nível político e económico. (PNUD 1990).

A definição de desenvolvimento humano é apresentada pelo PNUD no primeiro relatório em 1990 e desenvolvida nos relatórios posteriores:

“O desenvolvimento humano é um processo que conduz ao alargamento da gama de possibilidades que se oferecem a cada um. Em princípio estas são ilimitadas e podem evoluir com o tempo. Mas qualquer que seja o nível de desenvolvimento, estas implicam que sejam realizadas três condições essenciais: viver mais tempo, em condições de saúde, ter acesso à instrução e aos recursos necessários para usufruir de um nível de vida aceitável. Se estas condições não são satisfeitas um grande número de outras possibilidades permanecem inacessíveis” (PNUD 1990:10).

O conceito de desenvolvimento humano é apresentado como um conceito mais amplo do que as teorias convencionais do crescimento económico. Neste sentido o crescimento económico é uma das componentes do desenvolvimento mas a sua relação não é automática, o

desenvolvimento humano pretende analisar como o crescimento se traduz – ou não se traduz – em desenvolvimento das populações e em seu benefício. “O Desenvolvimento Humano exige o crescimento económico, sem o qual nenhuma melhoria do bem estar económico é possível. Mas se o crescimento económico é uma condição necessária ao desenvolvimento, ela não é suficiente. As taxas de crescimento económico elevadas não se traduzem automaticamente em níveis de Desenvolvimento Humano elevado. É necessário que uma acção política estabeleça a ligação estreita entre os dois elementos” (PNUD 1991, pág. 14).

“O desenvolvimento humano tem então dois aspectos. Um é a formação das capacidades humanas, melhorar a saúde o saber e qualificações do factor humano. A outra é a utilização que as pessoas dão às suas capacidades adquiridas – para fins produtivos, para lazer ou para serem activos em questões culturais, sociais e políticas” (PNUD, 1995; pág. 11).

“O desenvolvimento humano é também uma questão de política macro económica multisectorial. O seu objectivo em última análise é de fazer com que o crescimento económico se traduza no crescimento do bem estar da população” (PNUD, 1991, pág. 14) (...) junta a produção e distribuição de bens com expansão e utilização das capacidades humanas.(...) Analisa todas as questões da sociedade – crescimento económico, comércio, emprego, liberdade política ou valores culturais. (...) e aplica-se de forma igual a países em desenvolvimento e industrializados.” (PNUD, 1995, pág. 12).

O objectivo global que se propõe o relatório do desenvolvimento humano é analisar “A dimensão humana do desenvolvimento” e de que forma o crescimento e o desenvolvimento se traduzem em desenvolvimento humano. Esta perspectiva de análise introduzida no relatório de 1990, foi desenvolvida e aperfeiçoada nos relatórios anuais subsequentes elaborados pelo PNUD, nos quais é apresentada a situação do desenvolvimento humano para 130 países em 1990 e 174 a partir de 1994.

1.2 – O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH).

Com base no conceito de desenvolvimento humano o relatório de 1990, propõe um novo indicador composto, apresentado como mais representativo do nível global de desenvolvimento dos países, do que o rendimento (PNB ou PIB *per capita*): O Índice de Desenvolvimento Humano ou IDH. Este indicador não é baseado no limiar do rendimento, mas num índice composto que combina três indicadores: esperança de vida, nível de instrução e rendimento, do qual ele é a média aritmética. Na primeira versão do IDH os indicadores seleccionados foram a esperança de vida à nascença, a taxa de alfabetização e o PIB real por habitante ajustado em paridade do poder de compra com o dólar (dólar PPC), posteriormente estes indicadores, foram melhorados e aperfeiçoados.

“O IDH é composto por três componentes básicas do desenvolvimento humano: longevidade, conhecimento e padrão de vida. A longevidade é medida pela esperança de vida. O conhecimento é medido pela combinação da alfabetização dos adultos (2/3) e a média de anos de escolaridade (1/3). O padrão de vida é medido pelo poder de compra baseado no PIB real *per capita* ajustado aos custos de vida locais (paridade do poder de compra, ou PPC)”. (PNUD 1994:91).

Na primeira versão (Relatório de 1990) o Índice de Desenvolvimento Humano foi obtido em três etapas:

“ A primeira consiste em definir uma medida de carência que um país sofre para cada uma das três variáveis de base – esperança de vida à nascença (x_1) ; taxa de alfabetização (y_2) e o PIB por habitante real. Os valores máximos e mínimos são determinados para cada uma das três variáveis , tendo em conta os valores observados, definindo uma escala entre zero e um , com zero definido como valor mínimo determinado para a variável respectiva e um definido como valor máximo. A medida de carência observando em relação ao máximo indica o lugar do país em relação à escala. Assim I_{ij} é o indicador de carência para o país j , relativamente à variável i define-se pela fórmula:

$$I_{ij} = \frac{(\max x_{ij} - x_{ij})}{\max x_{ij} - x_{ij}}$$

A Segunda etapa consiste em definir um indicador médio de privação através da média aritmética simples dos três indicadores.

$$I_j = \frac{\sum_{i=1}^3 I_{ij}}{3}$$

A Terceira etapa consiste em calcular o indicador de desenvolvimento humano correspondente a um menos o indicador médio de carência: $(I.D.H)_j 1 - I_j$ ” (PNUD, 1991, pág.100).

Uma característica inovadora do IDH é a forma como os seus componentes são combinados. Cada indicador é medido em diferentes unidades: esperança de vida em anos de vida; escolaridade em média de anos de escolaridade; rendimento em dólares ajustados ao poder de compra e alfabetização de adultos em percentagem. Para combinar estes indicadores, a gama dos valores para cada um deles é colocado numa escala de 0 a 1, onde 0 é o mínimo e 1 é o máximo.

O IDH, é uma medida (expressa num intervalo de variação entre 0 e 1). O valor máximo, a unidade é calculado em relação aos objectivos a atingir. Este índice visa estabelecer uma escala de classificação em que os países são agregados por grupos segundo o valor do IDH: Desenvolvimento humano baixo (DHB), países com o valor de IDH inferior a 0,5; Desenvolvimento humano médio (DHM), países com o valor do IDH entre 0,5 e 0,8; Desenvolvimento humano alto (DHA), países com o valor do IDH entre 0,8 e 1;

A primeira versão do IDH foi construída sob indicadores parciais de carência: a esperança de vida à nascença mede a carência em relação ao máximo estabelecido para a média das longevidades mais elevadas. A medida de carência em termos da educação baseou-se na taxa de alfabetização com um máximo fixado em 100%. O indicador do nível de vida na versão de 1990 foi o rendimento, em termos reais, ajustado ao poder de compra correspondente ao limite de pobreza dos nove países mais ricos.

Independentemente das limitações contidas no IDH o seu objectivo é por um lado superar as insuficiências apontadas ao nível de rendimento (como indicador exclusivo do

desenvolvimento) e por outro lado desenvolver um indicador que explicita as condições e os meios do crescimento económico se traduzir em desenvolvimento humano e servir de orientação da política económica no sentido do desenvolvimento.

ALTERAÇÕES DO I.D.H

Com o objectivo de aperfeiçoar o IDH o PNUD no relatório de 1990 reconhecia que este ficaria sujeito a correcções melhoramentos e ajustamentos que se verificaram a partir de 1991, tanto de metodologia como nos indicadores do nível de educação e rendimento, de que destacamos as mais importantes.

Inicialmente o nível de educação foi medido somente pela taxa de alfabetização, a partir de 1991, esta variável foi alargada incorporando a taxa média dos anos de escolaridade.

A partir de 1994, o IDH é calculado numa base diferente dos anos anteriores, foram fixados valores máximos e valores mínimos para as quatro variáveis básicas: esperança de vida à nascença (82 e 25 anos), taxa de alfabetização de adultos (100% e 0%), média de anos de escolaridade (15 e 0). Para o rendimento, o IDH original utilizava um limiar além do qual o crescimento marginal do rendimento era considerado com menos significado e contudo era pesadamente descontado. Até 1993 este limiar era derivado a partir do nível de rendimento de pobreza dos países industrializados com valores actualizados e traduzidos em paridades do poder de compra com o dólar PPC. (...) em 1994 o valor do limiar considerado foi o valor mundial médio corrente do PIB real per capita em dólar PPC (...) Em 1994, depois dos adequados descontos, os rendimentos oscilam de 370 a 5 371 dólares em poder de compra real (dólar PPC). (PNUD 1994, pág. 91)

Nos anos anteriores o valor mínimo de cada dimensão – longevidade, nível educacional e rendimento – era colocado ao nível do país considerado mais pobre e o máximo ao nível do país com melhor desempenho. O IDH para qualquer país era, assim, a sua posição entre o melhor e o pior país, mas os máximos e os mínimos mudavam todos os anos – de acordo com os desempenhos dos países nos extremos da escala. A mudança anual dos valores extremos impede comparações significativas no tempo. Por isso, a partir de 94 fixaram-se valores

“normativos” para a esperança de vida, alfabetização de adultos, média de anos de escolaridade e rendimentos.

As alterações do IDH, cujo objectivo é a melhoria do indicador e o aperfeiçoamento da forma de cálculo, criam dificuldades nas análises sistemáticas. A partir de 94 o valor do IDH não “é comparável com o dos anos anteriores (PNUD, 1994) “nos elementos estatísticos de base e na forma de cálculo. A partir deste ano o valor do IDH permitirá comparações mais significativas tanto entre países como no tempo.

Em 1999 o IDH “sofreu melhorias e aperfeiçoamentos” que de acordo com o relatório de 1999 limita a sua utilização em comparações do IDH com o ano de 1998. *“O IDH deste ano é baseado em dados melhorados da esperança de vida, (...) e em dados revistos sobre a alfabetização de adultos e sobre as taxas brutas de escolaridade combinada dos ensinos primário, secundário e superior (...) Devido a estas alterações, o IDH deste ano não é comparável com o do ano passado. As melhorias na metodologia e nos dados afectam as posições no IDH de quase todos os países. Assim, se a posição de um país estiver mais abaixo ou mais acima no IDH deste ano, em comparação com o do ano passado, não significa necessariamente que o seu estado de desenvolvimento humano piorou ou melhorou(...) Uma queda ou subida na ordenação pode ser atribuída à mudança na metodologia ou nos dados.”* (PNUD 1999/ pág.159). A fórmula de o cálculo do IDH em 1999 é apresentado no anexo 1.

Apesar dessas alterações, o princípio fundamental do IDH mantém-se o mesmo. É baseado na posição do país em relação a uma meta final – expresso como um valor entre 0 e 1: DHB < 0,5 ; DHM entre 0,5 e 0,8; DHE entre 0,8 e 1.

Pelo facto do IDH ter vindo a sofrer alterações sistemáticas, obriga a certa prudência em análises sistemáticas, e em comparação no tempo, devendo as análises do desenvolvimento humano serem complementadas com os valores das suas componentes.

O IDH além de servir de indicador do desenvolvimento humano relativamente a um país, estabelece uma escala de classificação dos países. Permite avaliar de uma forma mais ampla o desenvolvimento, em virtude de além do rendimento abranger os sectores sociais da saúde e educação. Nesta perspectiva os relatórios do PNUD pretendem chamar a atenção para

os problemas básicos dos países de forma a se orientar a política económica no sentido do desenvolvimento humano, tendo em consideração os benefícios do desenvolvimento para as populações.

Outro aspecto importante refere-se à informação complementar constante do relatório que permite avaliar o nível de desenvolvimento nos vários sectores económicos sociais e condições de vida. Terminamos com a referência de Amartya Sen, no Relatório do PNUD de 1999, sobre o título “ Avaliar o Desenvolvimento Humano”: “ O IDH, tem sido bastante bem sucedido na sua utilização como medida alternativa do desenvolvimento, completando o PNB. Baseado em três componentes distintas – indicadores de longevidade, educação e rendimento per capita – não se centra exclusivamente na riqueza económica (como o PNB). Dentro dos limites destas componentes o IDH tem servido para alargar substancialmente a atenção empírica que a avaliação dos processos de desenvolvimento recebe. Contudo o IDH não deve ser visto como outra coisa que não seja um movimento introdutório para se conseguir o interesse das pessoas pelo conjunto de informação que está presente no relatório do Desenvolvimento Humano (...).” e referindo-se ao que afirmou Mahbub ul Haq (o criador do Relatório) “precisamos de uma medida do mesmo nível de vulgaridade do PNB – apenas um número – mas uma medida que não seja cega aos aspectos sociais da vida humana como é o PNB.” (PNUD, 1999, pág. 23)

1.3 – SITUAÇÃO DO IDH NA ÁFRICA SUBSAARIANA E EVOLUÇÃO

Apresenta-se a seguir a análise da situação do desenvolvimento humano da África Subsaariana, tendo por base os valores do IDH dos relatórios do PNUD de 1990 a 1999 pela seguinte sequência:

- situação actual do desenvolvimento humano da região e a sua posição relativa no conjunto dos PVD;
- evolução dos indicadores do IDH (esperança de vida, alfabetização e rendimento);
- ordenação dos países da região por níveis de desenvolvimento pelos seus valores do IDH.

1.3.1 - SITUAÇÃO ACTUAL DO DESENVOLVIMENTO HUMANO (ENQUADRAMENTO NOS PVD)

A análise dos valores médios do IDH de 1999 e das suas componentes (esperança de vida, taxa de alfabetização e PIB real per capita), agregados para as diferentes regiões (Quadro 1) permite-nos as seguintes observações sobre a situação actual da África Subsaariana:

Quadro 1- Índice do Desenvolvimento Humano – 1999

Ordem segundo IDH	Esperança de vida à nascença (anos) 1997	Taxa de Alfabetização de adultos % 1997	Taxa de Escolaridade conjunta dos 1º, 2º e 3º Níveis % 1997	PIB real <i>Per capita</i> (dól. PPC) 1997	Índice de desenvolvimento humano (IDH) 1997
Países industrializados	77,7	98,7	92	27.741	0,919
Ásia Oriental (excluindo China)	72,8	96,1	85	14.300	0,849
América Latina e Caraíbas	69,5	87,2	72	3.868	0,756
Europa do Leste e CEI	68,6	98,7	76	4.243	0,754
Ásia Oriental	70	83,4	69	3.601	0,712
Mundo	66,7	78	63	6.332	0,706
Ásia do Sudeste e Pacífico.	65,9	87,9	65	3.697	0,695
Países em desenvolvimento	64,4	71,4	59	3.240	0,637
Países Árabes	65,1	58,6	59	4.094	0,626
Ásia do Sul	62,7	52,2	52	1.803	0,544
Ásia do Sul (excluindo a Índia)	63	48,4	47	2.147	0,542
África Subsaariana	48,9	58,5	44	1.534	0,463
Países menos desenvolvidos	51,7	50,7	37	992	0,43

Fonte: PNUD – Relatório do Desenvolvimento Humano 1999 – Tricontinental Editora.

- a) O valor médio do IDH de 1999 para a África Subsaariana (0,463), situa esta região no nível de desenvolvimento baixo, muito próximo do valor do IDH dos PMA (0,430) e bastante afastada do nível médio do IDH dos PVD (0,637). Esta situação coloca a região globalmente mais próximo dos PMA do que dos PVD.
- b) situação actual do desenvolvimento humano da região e a sua posição relativa no conjunto das regiões em desenvolvimento é o reflexo dos baixos níveis tanto dos sectores sociais (saúde e educação) como do nível de rendimento.

Em 1997 a esperança de vida média da região era de 48,9 anos, a taxa de alfabetização de adultos era de 58,5% e o PIB real per capita baixou para os 1.534 (dólares PPC) sendo este o valor mais baixo de todas as outras regiões em desenvolvimento. Os correspondentes valores

médios dos PVD eram os seguintes: esperança de vida era de 64,4 anos, a taxa de alfabetização de adultos era de 71,4% e o rendimento per capita era de 3240 (dólares PPC).

Verifica-se assim que os indicadores do desenvolvimento humano da África Subsaariana em 1997 são todos inferiores aos das outras regiões em desenvolvimento, excepto a taxa de alfabetização que é superior apenas em relação à Ásia do Sul. Em 1997 o PIB real médio dos PVD é mais do dobro do que o da região e o dos países industrializados é dezoito vezes superior. Na perspectiva do desenvolvimento humano a situação actual da África Subsaariana, reflecte a mudança da sua posição relativa no conjunto dos PVD tanto no que se refere ao crescimento do produto como em relação aos sectores sociais da saúde e educação.

1.3.2 – EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO DESENVOLVIMENTO HUMANO.

A evolução das componentes do índice de desenvolvimento humano (esperança de vida, taxa de alfabetização e rendimento), permite analisar o contributo dos sectores sociais e do rendimento para o nível de desenvolvimento humano.

— ESPERANÇA DE VIDA

A partir da década de 60 até meados da década de 80, verificou-se um progresso relativamente elevado da esperança de vida da região, tendo aumentado de 40 para 51 anos de 1960 a 1987, a partir deste ano decresceu para 48,9 anos em 1997, inferior ao valor médio para os PMA (51,7 anos). (Quadro 2)

Quadro 2 – Esperança de Vida à Nascimento (anos)

PAÍSES \ ANOS							
	1960	1975	1987	1992	1994	1995	1997
PVD	46	57	62	61,5	61,8	62,2	64
África Sub.	40	46	51	50,8	50	-	48,9
PMA	39	45	50	50,9	50,4	51,2	51,7
DHE	68	71	73	72,9	74,6	-	77
DHM	48	61	67	66,8	67,1	-	66,6
DHB	42	49	55	55,8	56,1	56,7	50,6

Fonte: PNUD – Relatórios de 1990, 1994, 1999.

Relativamente a este indicador a África Subsaariana, apresenta em todo o período analisado valores médios inferiores ao grupo de países do nível de desenvolvimento humano baixo.

— A TAXA DE ALFABETIZAÇÃO

A taxa de alfabetização da região em 1997 era de 58,5% (Quadro 3), valor superior ao grupo de países PMA e ao grupo de países do nível de desenvolvimento baixo. Este é o único indicador que apresenta um aumento constante desde 1970.

No período de 1970 a 1997 a taxa de alfabetização aumentou de 26% para 58,5%. Apesar deste aspecto positivo a taxa de alfabetização média dos PVD é nitidamente superior (71,4%).

Quadro 3 – Taxa de Alfabetização de Adultos (%)

PAÍSES \ ANOS						
	1970	1985	1992	1994	1995	1997
PVD	43	60	68,3	69,9	70,4	71,4
África Sub.	26	41	54,9	55,9	-	58,5
PMA	25	37	46,7	48,1	49,2	50,7
DHE	-	-	95,8	97	95,7	98,3
DHM	57	71	79,3	82,6	83,3	75,6
DHB	29	41	48,3	49,9	50,9	48,5

Fonte: PNUD – Relatório do Desenvolvimento Humano 90, 94 e 99

— O PIB PER CAPITA

Na análise da evolução deste indicador utilizamos o PIB *per capita* (dólares de 87), no período de 1975 a 1997 (Quadro 4), o que nos permite as seguintes constatações:

O valor do PIB médio da região baixou de 671 para 518 dólares no período 1975/97, enquanto que o valor correspondente dos PVD aumentou de 600 para 908 dólares no mesmo

período. Em relação à média dos países de nível de IDH elevado no período de 1975 a 1997 o desvio do PIB da África Subsaariana aumentou de 17 para 32 vezes. (Quadro 4)

Quadro 4 – PIB /per capita (dólares de 87).

ANOS PAÍSES	1975	1980	1985	1990	1997
PVD	600	686	693	745	908
África Sub.	671	661	550	542	518
PMA	287	282	376	277	245
DHE	11 495	12 409	13 220	15 052	16 576
DHM	651	779	990	902	935
DHB	332	331	297	305	282

Fonte: PNUD – 1999 (pág. 154)

O retrocesso do PIB a preços constantes que se verifica a partir de 1975 é confirmado pela taxa de crescimento negativo do PNB *per capita* entre 1975/95 (-0,9%), apesar da taxa de crescimento anual do PNB no mesmo período ter sido de 2% (Quadros 5 e 6). No mesmo período os PVD têm uma taxa de crescimento do PIB *per capita* de 2,3 %.

Quadro 5 –Taxa de Crescimento do PNB *per capita* 1975/95 (%)

PVD	ÁFRICA SUB.	PMA	DHE	DHM	DHB
2,3	-0,9	-0,2	1,9	1,8	-0,4

Fonte: PNUD –Relatório do Desenvolvimento Humano 1999

Quadro 6 – Taxa de Crescimento Anual do PNB 1975/95 (%)

PVD	ÁFRICA SUB.	PMA	DHE	DHM	DHB
4,4	2	2,3	2,7	3,6	2,3

Fonte: PNUD –Relatório do Desenvolvimento Humano 1999

A taxa anual de crescimento do PNB, no período de 75/95 dos PVD (4,4 %) é mais do dobro da taxa de crescimento da África Subsaariana (2 %).

Na perspectiva do crescimento económico verifica-se um afastamento da África Subsaariana em relação ao nível médio dos PVD entre 75/97. Globalmente enquanto que o grupo dos países em desenvolvimento têm um crescimento económico positivo a região da África Subsaariana em virtude do crescimento demográfico regrediu em relação ao produto *per capita*.

Outros indicadores nomeadamente nos sectores sociais, confirmam a situação apresentada anteriormente. Em 1997 as taxas brutas de escolaridade (1.º ; 2.º e 3.º níveis) para a África Subsaariana e PVD eram respectivamente de 44% e 59 %; as taxas de analfabetismo de adultos eram de 42,4% e 28,4%; a população sem acesso a água potável era de 50% e 28 %; o Índice de pobreza humana (IPH-1) eram de 40,7 e 27,7 respectivamente. Esta situação apresenta-se mais crítica se for analisada com os IDH's desagregados, nomeadamente em relação ao género (IDS – Indicador do Desenvolvimento Ajustado ao Sexo) ou com estatísticas desagregadas por sector urbano e rural. Estes indicadores estatísticos são na generalidade mais baixos principalmente nos sectores da educação saúde e emprego.

Se recuarmos no período de análise podemos constatar que até meados da década de oitenta verificaram-se progressos em alguns indicadores: a esperança de vida melhorou; a taxa de alfabetização entre 1970 e 1992 aumentou cerca de 29%; a taxa de mortalidade infantil entre 70 e 97 baixou de 137 para 105 por 1000 nado-vivos; a população com acesso a água e saneamento aumentou. A despesa pública na educação em percentagem do PIB entre 85 e 96 passou de 4,9% para 5,4% e as despesas de saúde de 0,7 para 1,4 entre 60 e 95. No entanto, a partir dos finais da década de oitenta a situação da África Subsaariana piorou no que se refere aos indicadores do desenvolvimento humano, e não acompanhar a evolução de outras regiões em desenvolvimento apresentando-se em 1997 como a sub-região dos PVD com o mais baixo nível de desenvolvimento humano.

1.3.3 – A SITUAÇÃO DOS PAÍSES DA ÁFRICA SUBSAARIANA PELA ORDENAÇÃO DO VALOR DO IDH

A análise da situação dos países da África Subsaariana, pela ordenação do valor do IDH de 1999, *per capita* leva às seguintes observações (Quadro 7):

- Nenhum país desta região se encontra no nível de desenvolvimento elevado, no conjunto dos 174 países para os quais o IDH é calculado.

- No nível do Desenvolvimento médio encontravam-se 17 países com uma população global de 123,3 milhões de habitantes. Deste grupo 5 países incluindo a África do Sul (Zimbabwe, Gana, Camarões e Quênia) têm uma população total de 111 milhões; os restantes 11 correspondem apenas a 11 milhões de habitantes, em que a maioria tem menos de 1 milhão de habitantes.
- Os restantes países encontram-se no nível de Desenvolvimento Humano baixo (inferior a 0,500) com uma população de 426,1 milhões de habitantes (77,5% da população da região).
- O nível de desenvolvimento baixo abrangia 35 países, 26 dos quais pertencem à África Subsaariana.
- Os 20 últimos países na ordenação do IDH pertenciam todos à África Subsaariana.

Pelo IDH de 1994 (ver Anexo 2), a situação correspondente era a seguinte:

- Nenhum país se encontrava na categoria de desenvolvimento elevado. (anexo Estatístico).
- Apenas 6 países (Maurício, Seychelles, Botswana, África do sul Gabão e Suazilândia) estavam na categoria de desenvolvimento humano médio, correspondendo a 44,4 milhões de habitantes, incluindo a África do Sul com 39,9 milhões, isto é, cinco países desta categoria correspondiam apenas a 4,5 milhões de habitantes.
- Os restantes 36 países situavam-se no nível de desenvolvimento baixo correspondendo a uma população de 465,5 milhões de habitantes, cerca de 91 % da população da África Subsaariana.
- A evolução do IDH entre 94 e 99 representa um progresso considerando que um maior número de países ascenderam à categoria de desenvolvimento médio neste período e a população no nível de desenvolvimento baixo diminuiu cerca de 9 %.

No entanto este acréscimo pode não resultar exclusivamente de um aumento do desenvolvimento humano, mas ser influenciado pelas alterações metodológicas do IDH de 1999⁽²⁾.

⁽²⁾ "(...) o IDH deste ano não é comparável com o do ano passado. As melhorias na metodologia e nos dados afectam as posições no IDH de quase todos os países. Assim, se a posição de um país estiver mais abaixo ou mais acima no IDH deste ano, em comparação com o do ano passado, não significa necessariamente que o seu estado de desenvolvimento humano piorou ou melhorou(...) Uma queda ou subida na ordenação pode ser atribuída à mudança na metodologia ou nos dados." (Relatório do Desenvolvimento humano PNUD 1999/ pág.129) ver quadro 1 última coluna.

Quadro 7 – Classificação dos Países África Subsaariana pelo IDH

			IDH	Pop. total (milhões)	Mudança do Índice
# (*)	Referência ^(b)	Relatório 99		97	
1	59	Maurício	0,794	1,1	-3
2	66	Seychelles	0,755	0,1	-8
3	101	África do Sul	0,695	38,8	-29
4	106	Cabo Verde	0,677	0,4	1
5	113	Suazilândia	0,644	0,9	-1
6	115	Namíbia	0,638	1,6	-19
7	122	Botswana	0,609	1,5	-29
8	123	S. Tomé	0,609	0,1	2
9	124	Gabão	0,607	1,1	-30
10	127	Lesoto	0,582	2	1
11	130	Zimbabwe	0,56	11,2	-1
12	131	Guiné Equatorial	0,549	0,4	0
13	133	Gana	0,544	18,7	0
14	134	Camarões	0,536	13,9	0
15	135	Congo	0,533	2,7	0
16	136	Quênia	0,519	28,4	0
17	139	Comores	0,506	0,6	0
Sub total				123,5	
18	141	Zaire (rep.Congo)	0,479	48	
19	143	Togo	0,469	4,3	
20	146	Nigéria	0,456	103,9	
21	147	Madagáscar	0,453	14,9	
22	151	Zâmbia	0,431	8,6	
23	153	Senegal	0,426	8,8	
24	154	Costa do Marfim	0,422	14,1	
25	155	Benin	0,421	5,6	
26	156	Tanzania	0,421	31,4	
27	158	Uganda	0,404	20	
28	159	Malawi	0,399	10,1	
29	160	Angola	0,398	11,7	
30	161	Guiné- Conakry	0,398	7,3	
31	162	Chade	0,393	7,1	
32	163	Gâmbia	0,391	1,2	
33	164	Ruanda	0,379	6	
34	165	Rep. Centro-Africana	0,378	3,4	
35	166	Mali	0,375	10,4	
36	168	Guiné-Bissau	0,343	1,1	
37	169	Moçambique	0,341	18,4	
38	170	Burundi	0,324	6,4	
39	171	Burkina Faso	0,304	11	
40	172	Etiópia	0,298	58,2	
41	173	Níger	0,298	9,8	
42	174	Serra Leoa	0,254	4,4	
Subtotal.....				426,1	
Total				549,6	

Fonte: PNUD – Relatório: 99

(*) Ordenação dos países da África Subsaariana.

(b) Ordenação dos países no total mundial.

A evolução no tempo da ordenação dos países pelo IDH seria mais correcta para o período de 1994 a 1998 (período em que a metodologia do IDH permite comparações). A evolução da ordenação dos países neste período indica o seguinte:

Em 1998, no nível de desenvolvimento médio situavam-se 11 países (ver Anexo 6), correspondendo a 10,8% da população (59,9 milhões de habitantes). No desenvolvimento baixo situavam-se 31 países, correspondendo a 89,1% da população (490 milhões de habitantes).

Há efectivamente um progresso no aumento do número de países (mais cinco) que ascenderam ao desenvolvimento médio entre 1994 e 1998, mas o acréscimo de população no nível de desenvolvimento baixo é mais elevado (mais 25 milhões de habitantes), enquanto que no desenvolvimento médio, aumentou 15 milhões, isto é, o acréscimo da população dirigiu-se fundamentalmente para o desenvolvimento baixo. O que indica que os progressos do acesso da população ao desenvolvimento humano não se reflectiram em proporção ao crescimento da população, neste período.

PAÍSES NO NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO MÉDIO

Relativamente ao conjunto de países que se encontram no desenvolvimento médio constata-se o seguinte: As Seycheles, Maurícias, África do sul, Botswana, Suazilândia e Gabão são os países que em todo o período se mantiveram no nível de desenvolvimento humano médio e apresentam os IDH mais elevados, da região cujo valor em 1997 variava entre 0,794 e 0,607.

As Maurícias e as Seycheles mantiveram-se sempre alternativamente em primeiro ou segundo lugar. A África do Sul e o Botswana até 1998 mantém-se em 3º ou 4º lugar alternativamente. O Botswana que sempre apresentou uma boa performance em relação ao IDH na região, em 1999 baixou para 7.º lugar na região e no “ranking” geral baixou de 97 para 122, devido principalmente à baixa da esperança de vida de 51,7 para 47,4 anos, único indicador que piorou. Em 1999 ascende ao 4º lugar Cabo Verde, que de 1994 para 1999 passou da posição 9 para 4 no Ranking da África Subsaariana e de 122 para 106 no ranking geral em resultado de melhoria na esperança de vida e da taxa de escolaridade. A Suazilândia manteve-se sempre em quinto ou sexto lugar. O Gabão que em 94 estava em 5º lugar tem vindo a baixar sistematicamente estando em 9º lugar em 1999, fundamentalmente por não progredir nos

indicadores de esperança de vida. O grupo de países que lidera o desenvolvimento humano da região, mantém-se o mesmo em todo o período: Maurícias, Seychelles e África do Sul. Melhoraram a situação Cabo Verde, Namíbia, e Suazilândia, pioraram a situação o Gabão, Botswana.

Os países que melhoraram na generalidade apresentam um nível de alfabetização e escolaridade relativamente elevado. Outra constatação de carácter geral, é que dos 10 países com melhor performance do IDH excluindo a África do Sul com 38,8 milhões de habitantes, todos têm menos de 1 milhão de habitantes.

No que se refere à evolução das variáveis que mais influenciaram os países da África Subsaariana assim como a sua posição no ranking geral as situações são diversas exigindo uma análise bastante detalhada. A título de exemplo podemos referir o seguinte: As Seycheles, Maurícias e Cabo Verde destaca-se pelo valor da esperança de vida, a África do Sul e Botswana pelo nível de rendimento apresentando níveis de esperança de vida baixos, isto é tem condições de crescimento para melhorar o nível de IDH.

A Namíbia, Zimbabwe, o Congo, os Camarões e Cabo Verde países que ascenderam ao nível de desenvolvimento médio a partir de 95, tem evoluções diferentes, alguns mantiveram o progresso do IDH, outros regrediram no “ranking” dentro da região e no “ranking” geral. A título de exemplo refere-se o seguinte: a Namíbia tem vindo a melhorar a sua posição desde 1994 fundamentalmente devido à melhoria dos indicadores da educação. O Zimbabwe, o Congo e Camarões, todos baixaram no “ranking” fundamentalmente devido à diminuição na esperança de vida e os Camarões também em termos de produto. Em relação aos restantes países que ascenderam ao nível de IDH médio apenas em 1999: Gana, Lesoto, Guiné-Equatorial, Quénia e Comores, não se pode afirmar se melhoraram ou pioraram efectivamente, ou se mudaram de posição em virtude das alterações do IDH.

PAÍSES NO NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO BAIXO

Relativamente ao grupo de países que se encontram no nível de desenvolvimento baixo (quadro 8), os progressos que alguns apresentam não têm magnitude suficiente para diminuir os atrasos dos problemas económicos e sociais que enfrentam, mantendo-se no mesmo nível de

desenvolvimento humano desde 1980. Alguns regrediram e a maioria mantém-se numa estagnação “estrutural”. Os últimos 20 países do ranking geral do IDH pertencem à África Subsaariana.

Se considerarmos os dez últimos países com mais baixo IDH: Serra Leoa, Níger, Etiópia, Burkina-Faso, Burundi, Moçambique, Guiné-Bissau, Mali, República Centro Africana, Ruanda, verifica-se o seguinte: exopto o Ruanda (que regrediu) todos já se encontravam nas últimas posições em 1994. Apresentam índices de esperança de vida que variam entre 37 e 45 anos, taxas de alfabetização de 14% a 40% e PIB real per capita abaixo dos 1.000 dólares, quando a média dos países em desenvolvimento é de 3240 (dólares PPC). Poucos países neste nível melhoraram a situação desde 1994, destacando-se a Gâmbia (aumentou 7 lugares na ordenação do IDH), Chade e a Guiné Conarky que aumentou 12 lugares na ordenação do IDH e era o último da ordenação na região em 1994; este progresso é resultado principalmente do aumento do PIB real que passou de 500 dólares em 1994 para 1880 dólares em 1999. Regrediram a Serra Leoa, o Níger a Etiópia, O Burundi. Na generalidade verifica-se uma diminuição mais acentuada da esperança de vida, e os níveis de educação (alfabetização e escolaridade).

Em termos gerais pela ordenação do IDH a África Subsaariana, em relação às outras áreas regionais em desenvolvimento, na década de noventa não apresenta indicações de progresso mantendo-se a generalidade dos países nas mesmas posições relativas. “Outros regrediram em alguns indicadores, nomeadamente na esperança de vida: entre 1975 e 1997 a esperança de vida caiu em 10 países de África. Em 4 países a esperança de vida diminuiu mais de 10 %: Zâmbia (17%), Zimbabwe (17%), Uganda (15%), Botswana (14%). Para estes países o posicionamento no IDH também caiu” (Pág. 130 PNUD 1999).

1.4 – CONCLUSÃO

O IDH permite uma avaliação da evolução do desenvolvimento humano dos países e da sua posição relativa, em função do seu desempenho relativamente ao rendimento e sectores

sociais da saúde e educação. Permite também avaliar o nível e a evolução do desenvolvimento nos sectores referidos de cada um dos países.

Contudo a recente elaboração do IDH e as modificações que têm sido efectuadas com o objectivo do seu aperfeiçoamento (tanto na metodologia como nos indicadores estatísticos utilizados) limita o indicador, principalmente nas análises sistemáticas e em comparações intertemporais, apenas permitindo estas análises em períodos relativamente curtos, actualmente de cinco anos. Esta limitação pode ser complementada com a base na informação fornecida pelos relatórios do desenvolvimento humano que é fundamental para complemento da análise do IDH.

Sobre a situação da África Subsaariana de acordo com a análise apresentada, em síntese pode-se concluir o seguinte:

- 1) A África Subsaariana na ordenação do IDH apresenta actualmente o nível mais baixo de todas as áreas regionais dos PVD com valor de 0,463 situando-se na categoria do nível de desenvolvimento humano baixo. Os últimos países da ordenação geral pelo valor do IDH são maioritariamente da África Subsaariana.
- 2) A maioria dos países da África Subsaariana (89% da sua população), encontravam-se no nível de desenvolvimento humano baixo pelo IDH de 1988. Por outro lado dos 44 países que constituíam esta categoria, 31 pertenciam à África Subsaariana. No desenvolvimento médio, no mesmo ano encontravam-se 11 países liderados sempre pelas Maurícias, Seychelles e África do Sul, correspondendo a 11% da população. Nenhum país se encontra na categoria de desenvolvimento humano elevado.
- 3) Os indicadores do desenvolvimento humano (esperança de vida, taxa de alfabetização, rendimento) apresentam valores médios todos inferiores aos valores correspondentes das outras regiões e bastante afastados da média geral dos PVD. A evolução destes indicadores mostra que a partir do fim da década de oitenta se verifica um retrocesso no rendimento per capita, na esperança de vida e um abrandamento no crescimento da alfabetização.
- 4) Na ordenação dos países da África Subsaariana pelo seu valor do IDH, entre 1994 e 1998 há um aumento do número de países que se situam no desenvolvimento médio (Namíbia,

Cabo Verde, Gabão, S. Tomé, Congo, Zimbabwe a partir de 1995, o que corresponde a um progresso de um reduzido número de países, mas sem grande reflexo em relação à população abrangida por este nível de desenvolvimento. A região mantém-se marginal em relação ao progresso no desenvolvimento humano sendo este aspecto mais nítido na década de noventa.

Em termos globais a África Subsaariana no período de 1990 a 1997 não melhorou o nível de desenvolvimento humano, e o desvio relativamente às outras áreas regionais aumentou.

Tem havido uma progressão no nível de desenvolvimento humano em geral, medido pelo IDH, “entre 1975 e 1997 a grande parte dos países realizavam um enorme progresso no Desenvolvimento Humano” (PNUD 1999, pág. 130), mas este facto não se reflecte da mesma forma na África Subsaariana, que mantém o mesmo número de países no grupo de DHB desde 1994.

2 - AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO

2.1 CONCEITO

A Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) surge após a Segunda guerra mundial e o plano Marshall, no contexto histórico da descolonização e do desenvolvimento dos novos interesses das relações políticas e comerciais entre países mais ricos e os países mais pobres (antigas colónias). A cooperação estava marcada por uma relação estratégica entre as economias do *Norte*, industrializado e com níveis de desenvolvimento elevado e o *Sul* com economias pouco industrializadas e fraco desenvolvimento *per capita*. Face a esta situação de desigualdade de repartição da riqueza e do rendimento à escala mundial, a cooperação entre os dois blocos referidos, era concebida como relações de ajuda financeira e de assistência técnica no quadro de relações assimétricas entre países mais desenvolvidos e países mais pobres, na altura ditos subdesenvolvidos. Nesta perspectiva a ajuda ao desenvolvimento deveria criar novas relações políticas e comerciais entre países, no quadro resultante do pós-guerra.

É nesta época que aparecem duas noções na teoria económica mundial: desenvolvimento e ajuda. Antes o pensamento económico não tinha teorizado a possibilidade de um estado se desenvolver a partir dos recursos financeiros externos sem ser através do comércio externo ou de empréstimos. Esta concepção de desenvolvimento como consequência de uma transferência de riqueza, explica as correntes dominantes de ajuda ao desenvolvimento dos anos 50 e 60, que consideravam que esta transferência provocaria um efeito quase mecânico de arranque (take-off). No domínio teórico é também neste período (década de 60 e 70) que surgem as teorias do desenvolvimento económico na perspectiva de elaboração de um modelo teórico que aplicado aos “países subdesenvolvidos” lhe permitisse um desenvolvimento mais acentuado, baseados no “dualismo da justaposição dos sectores modernos e tradicionais.

Ajuda quer dizer ajuda financeira fornecida aos estados por outros estados (bilateral) ou através de organismos internacionais (multilateral) que se traduz em transferências financeiras importantes e sistemática para o chamado terceiro mundo ou a “transferência pública de capital e outros recursos em condições concessionais” (Openheimer, 1990, pág. 20). A noção de ajuda pública ao desenvolvimento é definida pelo comité de ajuda ao

desenvolvimento (CAD) apenas em 1969. O relatório da Cooperação para o Desenvolvimento de 1998 apresenta esta definição da seguinte forma:

“A Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) é constituída pelos empréstimos ou donativos concedidos aos países e territórios constantes da lista de beneficiários da ajuda ⁽³⁾ estabelecida pelo Comité da Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) (países em desenvolvimento)”:

- Pelo sector público;
- Com o objectivo principal de facilitar o desenvolvimento económico e melhorar as condições de vida;
- Em condições financeiras de liberalidade (no caso dos empréstimos, o elemento de liberalidade deve ser pelo menos de 25%). Além dos referidos contributos, financeiros a ajuda engloba a cooperação técnica (...) (OCDE – 1998 pág.149).

Ressalta do conceito que a ajuda se traduz na transferência dos recursos dos países desenvolvidos para os PVD obedecendo a objectivos de “desenvolvimento económico” e melhoria das “condições de vida” destes últimos, assumindo a forma de donativos ou empréstimos em condições diferentes das do mercado, podendo ser fornecidos pelos estados individualmente (ajuda bilateral) ou pelas organizações internacionais (ajuda multilateral.)

O mesmo relatório nas “notas sobre a definição e questões de medida” acrescenta o seguinte: *“Se a definição da APD não se modificou há mais de vinte e cinco anos, as mudanças de interpretação têm tido tendência a alargar o seu alcance. Entre as principais citaremos a contabilização na APD dos custos administrativos (depois de 1979) da parte das subvenções ao sistema de ensino fornecidas aos estudantes originários dos países beneficiários da ajuda (...) e a inclusão da assistência fornecida pelos doadores aos refugiados (depois de 91). É difícil quantificar com precisão a incidência destas modificações (...) os montantes em causa podem ser importantes, (...) o valor relativo à ajuda aos refugiados (184 milhões de dólares) representava 8% da ajuda total do Canadá. (OCDE, 1998 pág. 155).*

A definição “oficial” referida “não se modificou” e está objectivamente definida e na sua execução está relativamente regulamentada isto é, está definido o que constitui a ajuda e a

⁽³⁾ OCDE 1999 - Ver Anexo 4

forma que esta deve assumir para ser considerada APD. No entanto a orientação de como esta pode atingir os objectivos referidos, de “desenvolvimento económico” e “melhorias de condições de vida” dos PVD, tem sido alterada de acordo com as políticas de ajuda e condicionada pela política externa. De acordo com a OCDE: a evolução da ajuda tem sofrido flutuações tanto ao nível de valor global como regional, que resultam entre outros factores, das mudanças de actuações dos países doadores, face à constatação da sua ineficácia e das adaptações à evolução do desenvolvimento interno dos PVD em geral e da economia internacional (CAD 98).

É a partir do início dos anos 60 que a ajuda se dirige para a África Subsaariana e, em virtude de dificuldades crescentes, a partir da década de 80 passa a beneficiar da maior percentagem de ajuda, cerca de 1/3 dos fluxos totais da APD.

A ONU a partir de 1960 proclama as décadas do desenvolvimento e propõe objectivos de crescimento para os PVD e quotas de ajuda em percentagem do PNB dos países desenvolvidos, em 1970 a meta de crescimento era de 6% e a percentagem do PNB anual para a ajuda era de 0,7%, nesta década, o conceito de crescimento económico passa a incluir o desenvolvimento social. Na década de 80 face ao reconhecimento dos fracos resultados do desenvolvimento, a ajuda passa a estar condicionada à estabilização financeira e ao ajustamento estrutural. Em 1990 o PNUD propõe que a ajuda seja orientada para o desenvolvimento humano. O relatório de 1990 considera que o orçamento da ajuda deve ser orientado para os sectores prioritários do desenvolvimento humano face à constatação dos fracos resultados do desenvolvimento nos últimos anos. O relatório de 1994 no capítulo intitulado “Um novo plano de Cooperação para o desenvolvimento refere que “... os países em desenvolvimento reconhecem agora que nenhum montante da ajuda externa poderá alguma vez substituir as reformas fundamentais necessárias às suas economias.” (PNUD 1994: 61) e mais adiante acrescenta “... As motivações para os programas de ajuda estrangeira têm sido várias – algumas vezes conduzidas com idealismo, generosidade e solidariedade internacional mas frequentemente, por conveniência política, confrontação ideológica e interesses comerciais próprios.

Não é surpresa que tal diversidade de objectivos tenha produzido resultados pouco satisfatórios, conduzindo a considerável desilusão de doadores receptores.” (PNUD 1994: 69)

2.2-ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS FLUXOS GLOBAIS DESTINADOS AOS PVD

Apresenta-se a seguir a análise da composição e evolução dos fluxos financeiros globais concedidos aos PVD no período de 1990 a 1997, a sua origem e distribuição regional, de forma caracterizar a situação da ajuda à África Subsaariana no contexto dos países em desenvolvimento (Quadro 8).

Quadro 8 – Fluxos globais líquidos dos países do CAD e agências multilaterais aos beneficiários da ajuda

aos beneficiários da ajuda

	Mil Milhões de dólares correntes									Em percentagem do total		
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1990	1993	1997	
I – Fluxos públicos ao desenvolvimento	76,5	84,8	78,6	83,4	86,2	89,3	78,1	76,8	59	51,4	23,6	
Ajuda Pública ao desenvolvimento (APD)	50,6	57,4	58,6	56	60,3	59,8	57,9	49,8	39	34,5	15,3	
Bilateral	37,2	41,3	41,3	39,4	41,3	40,6	39,1	32,3	28,7	24,2	10	
Multilateral	13,4	16,1	17,3	16,6	19	19,2	18,9	17,5	10,4	10,2	5,3	
1. Ajuda Pública	2,3	6,6	6,1	6	6,9	8,4	5,6	5,3	1,8	3,7	1,6	
Bilateral	1,9	5	5,2	5,2	5,5	7,1	4	3,7	1,4	3,2	1,2	
Multilateral	0,4	1,6	0,9	0,7	1,3	1,3	1,6	1,6	0,3	0,5	0,5	
2. OFO	23,7	20,8	14	21,5	19	21,1	14,5	21,7	18,2	13,2	6,7	
II – Créditos à exportação, total	9,5	0,6	1	-3	6,3	5,6	4	-4,4	7,3	-1,8	-1,4	
III – Fluxos privados	43,6	50,8	77,3	81,9	126,6	168,3	282,6	252,1	33,6	50,5	77,5	
Total dos Fluxos I+II+III	129,6	136,2	156,9	162,3	219,1	263,2	364,7	324,5	100	100	100	

Fonte: OCDE Relatório de 1998

Os fluxos líquidos globais com destino aos PVD que eram 129 mil milhões de dólares em 1990, atingiram o valor de 324,5 mil milhões de dólares em 1997, (apesar de terem diminuído 30 mil milhões em relação a 1996). Os valores globais apresentados, escondem situações contrastantes em função do tipo de fluxos e das regiões em desenvolvimento que reflectem uma realidade cada vez mais complexa.

A composição e a evolução destes valores permite-nos as seguintes observações:

- a) Em 1997 em relação aos fluxos globais as operações com o sector privado representavam 77,5% , os fluxos oficiais 23,6% e a APD correspondia a 15,3% dos fluxos totais com o valor de 49,8 mil milhões de dólares.

Os fluxos do sector privado entre 1990 e 1997 tiveram um aumento de 43,6 para 252,1 mil milhões de dólares aumentando o seu peso relativo de 33.6% para 77,5% do total dos fluxos. Ao contrário a ajuda oficial entre 1990 e 1997 baixou de 59% para 23,6% dos fluxos totais devido à conjugação da diminuição da ajuda bilateral e ao crescimento dos fluxos privados.

- b) A APD que em 1990 correspondia a 39% dos fluxos totais em 1997 representava apenas 15%, tendo sofrido uma redução de 60,3 para cerca de 50 mil milhões de dólares de 1994 a 1997 atingindo neste ano um valor inferior ao de 1990.

Esta evolução, evidencia uma alteração profunda na década de noventa na composição dos fluxos totais concedidos aos PVD, que se traduz pela substituição dos fluxos públicos por privados e na diminuição da APD de origem bilateral. Em termos relativos no período de 1990 a 1997 a APD bilateral diminuiu 17%.

Actualmente o total dos fluxos financeiros que se dirigem para os PVD são fundamentalmente constituídos por fluxos privados, ao contrário do que se verificava no início da década de noventa. Estes aspectos enunciam que se verifica uma “erosão dos fluxos públicos” (Ramsés 1998, pág. 223). Nos anos 90 manteve-se uma estagnação dos fluxos públicos com destino aos PVD e um forte crescimento dos fluxos privados, reflectindo o acesso de certos países ao estatuto de economias emergentes. Depois de 94 quer a APD, quer os outros financiamentos públicos baixaram tanto em termos reais como nominais. Esta evolução é devida ao facto de alguns países em desenvolvimento se inserirem nos circuitos financeiros privados, em resultado do seu aumento de riqueza, e inserção nos circuitos financeiros da economia internacional. Nas condições actuais os PMA e os PVD de mais baixo rendimento não têm as condições, nomeadamente infra-estruturas, nível de educação e técnico e mão de obra local, para atrair investimentos. O mercado financeiro não existe, o investimento interno não é suficiente para atrair actividade produtiva. “Os mercados privados, quer se trate de capitais, de

técnicas ou outros serviços não fornecem nem o volume nem o tipo de recursos melhor adaptados à situação e às potencialidades económicas dos PVD.” (RAMSÉS 98, pág. 239)

A APD embora em recuo continua a ser prioritariamente dirigida aos países menos avançados, o que significa que este tipo de ajuda constitui um contributo vital para estes países. A taxa de dependência da ajuda é mais elevada na África Subsaariana que em qualquer outra parte do mundo em desenvolvimento.

A evolução da ajuda deu origem a novas prioridades. Os seus objectivos tornaram-se mais complexos e multiformes particularmente se se tiver em consideração a importância crescente da dimensão humana do desenvolvimento.

2.2.1– ORIGEM DA APD CONCEDIDA PELOS PAÍSES DO CAD

O valor global da APD, além da diminuição em valor absoluto, tem também vindo a diminuir em percentagem do PNB dos países membros do CAD. Entre 86 e 97, passou de 0,33% para 0,22% do PNB dos países doadores, sendo este valor o mais baixo jamais registado, e bastante afastado do 0,7% recomendado pela ONU (Quadro 9).

Quadro 9 – Evolução da APD (em % do PNB) dos países do CAD.

ANOS	86/87	94	95	96	97
APD em % do PNB	0,33	0,30	0,27	0,25	0,22

Fonte: CAD 98 – A37

A análise da origem da APD concedida pelos países do CAD em 1997 permite-nos constatar que foram os países maiores doadores que procederam à maior redução orçamental para a ajuda: Estados Unidos (- 28,1%); Itália (- 43,7%); Alemanha (- 11,8%); França (- 4,4%); os países da União Europeia no total (- 6,2 %). Só a Suécia, Dinamarca, Noruega e Países Baixos ultrapassaram este valor respectivamente com 0,79% ; 0,97%; 0,86% e 0,81% do PNB. Os Estados Unidos e o Japão estão abaixo da média geral com apenas 0,09% e o Japão com 0,22% do PNB (Quadro 10).

Quadro 10 – Ajuda Pública ao desenvolvimento em 1997

	APD em milhões US\$		APD em % do PNB		Variação em % de 1996 a 1997 em termos reais
	1997	1996	1997	1996	
Austrália	1061	1074	0,28	0,28	2,1
Áustria	527	557	0,26	0,24	7,6
Belgica	764	913	0,31	0,34	-4,8
Canadá	2045	1795	0,34	0,32	-15
Dinamarca	1637	1772	0,97	1,4	3,4
Filândia	379	408	0,33	0,34	3,7
França	6307	7451	0,45	0,48	-4,4
Alemanha	5857	7601	0,28	0,33	-11,8
Irlanda	187	179	0,31	0,31	-8,9
Itália	1266	2416	0,11	0,2	-43,7
Japão	9358	9439	0,22	0,2	9,6
Luxemburgo	95	82	0,55	0,44	30,2
Holanda	2947	3246	0,81	0,81	2,7
Nova Zelândia	154	122	0,26	0,21	29,9
Noruega	1306	1311	0,86	0,85	5,9
Portugal	250	218	0,25	0,21	27,2
Espanha	1234	1251	0,23	0,22	11,5
Suécia	1731	1999	0,79	0,84	-2,6
Suíça	911	1026	0,34	0,34	4
Inglaterra	3433	3199	0,26	0,27	-0,4
Estados Unidos	6878	9377	0,09	0,12	-28,1
TOTAL DO CAD	48 324	55 438	0,22	0,25	-5,8

Fonte OCDE 1999 (Ver Tableau V – I CAD pág. 116)

É nos países do G-7 que o volume de APD mais diminuiu, as contribuições dos Estados Unidos, Japão, Alemanha, Bélgica e França foram menores no ano de 1997 em valor absoluto que em 1993. Por outro lado em percentagem do produto desde 93 que as contribuições da França e dos Estados Unidos diminuíram.

2.2.2 – REPARTIÇÃO REGIONAL DA APD

A repartição da Ajuda pelas diferentes áreas regionais manteve-se praticamente sem alteração no período de 1987 a 1997, sendo a África Subsaariana o principal beneficiário, com uma quota de 34% do total da APD, apesar de representar 13% da população total dos PVD (ver quadro 11)

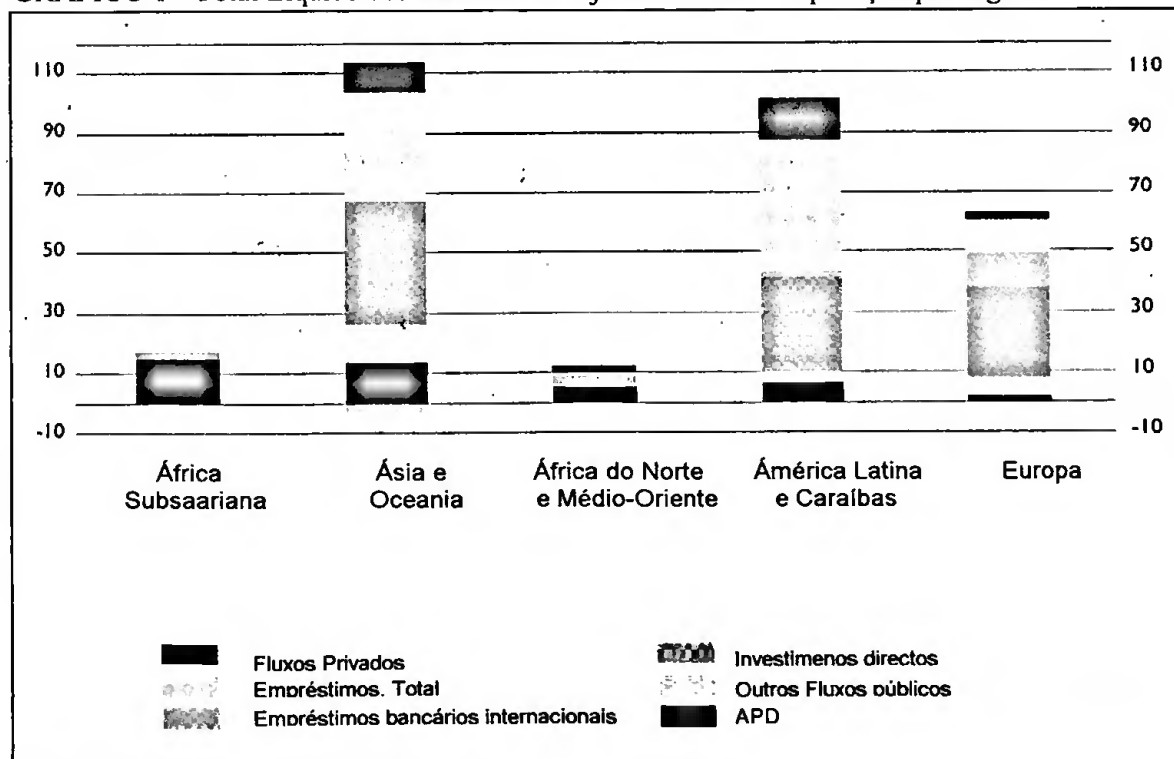
Quadro 11 – Repartição Geográfica das receitas líquidas APD.

	% da APD Total			População em % do total 1997	APD em % do PNB dos PVD	
	1986-87	1991-92	1996-97		1991-92	1996-1997
África Subsaariana	34,9	34,2	34,3	13	8,9	5
Ásia	29,7	29,5	28,6	68,1	0,9	0,5
Oceania	3,8	2,7	3,6	0,1	22,9	26,9
África do Norte e médio Oriente	19	19,4	15,3	6,2	2	1,3
América Latina e Caraíbas	11,2	10,1	13,4	10,4	0,5	0,3
Europa	1,4	4,2	4,7	2,2	1,5	0,9
TOTAL	100	100	100	100	1,4	0,8

Fonte: OCDE 1998

A ajuda à África Subsaariana em 1997 representava 5% do PNB, tendo vindo a diminuir desde 1990. No caso dos países asiáticos o essencial dos fluxos em crescimento depois de 10 anos são de origem privada. A África Subsaariana com cerca de 15 milhões de dólares na quase totalidade constituídos por APD e uma parte insignificante de fluxos privados constituída sobretudo por empréstimos bancários. (gráfico 1). A comparação entre África e a Ásia explicita as diferenças de tipos de financiamento entre regiões e explicita as disparidades da evolução dos países em desenvolvimento.

GRÁFICO 1 - Total Líquido dos Recursos da Ajuda em 1997 – repartição por região.



Fonte: OCDE 1998

O montante global de recursos financeiros dirigiu-se fundamentalmente para a Ásia e América Latina tendo estas duas regiões em 1997 absorvido cerca de 110 000 e 95 000 milhões de dólares respectivamente. Esta distribuição da ajuda mostra que as regiões em desenvolvimento apresentam situações diferentes, com um grupo de países com rendimento relativamente elevado e credibilidade forte, para os quais se dirigem os fluxos privados e os países de nível de rendimento mais fraco, que recebem donativos e outros fluxos financeiros concedidos em condições de liberalidade, sendo esta a situação da África Subsaariana. A APD evidencia a existência de “clubes de convergência”, grupos de países que revelam homogeneidade face à composição da APD.

2.3 – ANÁLISE DOS FLUXOS GLOBAIS PARA A ÁFRICA SUBSAARIANA

A análise que se apresenta a seguir refere-se à composição dos fluxos financeiros globais recebidos pela África Subsaariana no período de 1990 a 1997. O total dos fluxos é composto pela Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) pelos “outros fluxos globais” (OFO) e pelos fluxos resultantes do sector privado. A Ajuda pública ao desenvolvimento é composta pelos fluxos dos países do CAD, pela Ajuda Multilateral e fluxos dos países Árabes.

O valor total dos fluxos permite avaliar o peso relativo da APD em termos estritos de uma forma mais clara, mostrando que a evolução que se tem verificado na África Subsaariana, não acompanhou a evolução geral das outras áreas regionais em desenvolvimento.

Como se depreende dos valores apresentados no (Quadro 12) a estrutura das receitas financeiras externas globais da África Subsaariana de 1990 a 1997 correspondem à situação de uma região de fraco desenvolvimento, fortemente dependente da ajuda externa.

Em 1997 os fluxos financeiros internacionais ligados a operações oficiais representam cerca de 91% do total dos fluxos e as operações com o sector privado apenas 9%. A APD em sentido estrito de 1991 a 1997 corresponde a 88% dos fluxos globais e 96,5% dos fluxos oficiais, tendo vindo a decrescer desde 1994.

Quadro 12 – África Subsaariana – Composição dos Fluxos Globais (1990 – 1997)

ANOS	91	92	93	94	95	96	97	TOTAL (milhões de dólar.)	%	%
Total de fluxos (líquidos)	18.354,30	20.503,00	18.834,10	19.266,80	21.201,80	20.700,50	21.725,30	140.585,80		100
Países do CAD	11.290,20	12.343,20	11.959,20	11.521,90	13.864,70	14.363,50	15.971,40	91.314,10		64,95
Multilateral	6.935,40	8.113,70	6.826,20	7.731,10	7.325,70	6.299,30	5.661,80	48.893,20		34,78
Países Árabes	128,70	46,10	48,70	13,80	11,50	37,70	92,20	378,70		0,27
Fluxos Oficiais líquidos	18.927,00	20.703,00	18.269,90	19.891,70	18.593,80	16.503,20	14.854,20	127.742,80	100	90,86
Total da APD	17.697,40	19.121,70	17.330,00	18.912,00	18.488,70	16.748,50	15.065,50	123.363,80	96,57	87,75
Países do CAD	10.957,40	11.549,00	10.647,40	10.870,30	10.391,80	9.688,50	8.598,80	72.703,20	56,91	51,71
Multilateral	6.608,70	7.530,30	6.646,10	8.027,90	8.085,40	7.022,30	6.374,50	50.295,20	39,37	35,78
Países Árabes	131,40	42,40	36,40	13,80	11,50	37,70	92,20	365,40	0,29	0,26
Total OFO	1.229,60	1.581,30	939,90	979,70	105,10	-245,30	-211,30	4.379,00	3,43	3,11
Sec. Privado	-572,70	-200,00	564,00	-624,00	2.608,00	4.197,30	6.871,20	12.843,80	10,05	9,14

Fonte: Banco Mundial 1996, 1998

A proporção entre fluxos bilaterais líquidos dos membros do CAD e os fluxos multilaterais é de 1,9 para as receitas globais líquidas e de 1,5 para as receitas oficiais no período. Em síntese os fluxos oficiais são predominantes sendo constituídos praticamente por APD.

Os “outros fluxos oficiais” assumem sempre valores muito baixos, no período de 1990 a 1997 e apresentam um valor total de 4,3 mil milhões de dólares neste período. Os fluxos financeiros privados, apesar de terem vindo a aumentar a partir de 95, têm um peso insignificante.

A APD com um valor médio/anual de cerca de 18 000 milhões de dólares, diminuiu cerca de 4 mil milhões de dólares entre 1994 e 1997, apresentando neste último ano o valor mais baixo de todo o período. Os fluxos oficiais com destino aos países da África Subsaariana, em nítida diminuição, são constituídos quase exclusivamente por ajuda pública e esta quase na totalidade por APD representada por donativos. Por outro lado os fluxos privados concentram-

se num pequeno número de países: em 1996 empréstimos para a África do Sul e IDE para os países produtores de petróleo (Angola, Camarões, Gabão e Nigéria).

No período de 1991 a 1997 os fluxos da APD de origem bilateral, atingiram o total de 72 700 milhões de dólares (57% dos fluxos oficiais), a APD de origem multilateral foi de 50 000 milhões dólares, representando 39% dos fluxos oficiais. Os países Árabes que contribuíram com um total de 365,5 milhões de dólares, representam 0,29 % da APD. A diminuição da ajuda oficial entre 1990 para 1997 é principalmente devida à diminuição da ajuda bilateral, dado que a ajuda multilateral se manteve constante ao longo deste período.

A fraqueza dos fluxos de IDE com destino à maioria dos países africanos implica que estes sejam extremamente dependentes dos fluxos de ajuda oficial. “Verificam-se situações contrastantes segundo as regiões (...) os fluxos privados não vieram compensar a diminuição dos fluxos públicos porque aqueles são no essencial destinados aos países de rendimento mais elevado. Em vez de atenuar as desigualdades a intensificação de capitais privados acentua a heterogeneidade do terceiro mundo” (Ramsés, 1998; 228)

2.3.1 – A AJUDA OFICIAL EM PERCENTAGEM DO PIB E AJUDA PER CAPITA DA ÁFRICA SUBSARIANA

Apresenta-se a seguir a análise da ajuda em percentagem do PIB e a ajuda per capita para o período de 1990 a 1996 (quadros 13 e 14).

Quadro 13-APD – todos os doadores em percentagem do PIB-1996 – África Subsaariana

ANOS	90	91	92	93	94	95	96
África Subsaariana	5,9	5,7	6	5,3	6,4	5,9	4,8

Fonte: Banco Mundial 1998

Quadro 14-APD per capita – todos os doadores 1996 – África Subsaariana

ANOS	90	91	92	93	94	95	96
África Subsaariana	34	33	34	31	32	31	26

Fonte: Banco Mundial 1998

No período de 1990 a 1996 a APD em percentagem do PIB da região baixou de 5,9 % para 4,8 %, apesar desta tendência decrescente, a ajuda nesta região apresenta valores relativos mais elevados do que as outras regiões dos PVD. A APD per capita tem vindo a diminuir mais acentuadamente, baixando de 34 dólares em 1990 para 26 dólares em 1996. A repartição da ajuda per capita e em percentagem do PIB pelos países da região não é homogénea como se verifica pelos valores da distribuição da ajuda por países em 1996 (gráficos 2 e 3).

Na distribuição da APD em percentagem do PIB pelos países da região em 1996 (gráfico 2), há países com valores bastante inferiores à média (1% e 2%) como por exemplo Namíbia, África do Sul, Nigéria Maurícias, Botswana Gabão e Zaire Quénia e países com valores muito superiores como por exemplo S. Tomé (mais de 100 %), Guiné Bissau, Ruanda, Moçambique, Cabo Verde, Malawi, Serra Leoa, Mali,. A tendência parece ser que o rácio Ajuda/PIB é maior nos países com o valor do PIB mais baixo. Relativamente à ajuda per capita (gráfico 3) verifica-se a tendência de valores mais elevados per capita se referiam aos países mais pobres. Em relação à evolução do IDH há alguns países que progrediram no nível de desenvolvimento humano e tiveram um nível elevado de ajuda tanto em percentagem do produto como per capita, por exemplo Cabo Verde (25% do PIB e 320 dólares per capita); S.Tomé (mais de 100% do PIB e cerca de 340 dólares), no entanto outros países também com uma proporção elevada de ajuda, apresentam níveis de desenvolvimento e níveis de rendimento muito baixos, por exemplo: Guiné Bissau (65% do PIB, 160 dólares per capita); Ruanda (50% do PIB, 100 dólares per capita); Moçambique (40% do PIB, 150 dólares per capita), finalmente alguns países com nível de desenvolvimento elevado (em termos relativos), e recebem os valores mais baixos da ajuda (per capita e em percentagem do PIB) por exemplo África do Sul, Maurícias, Botswana, Suazilândia.

Gráfico 2 - APD Líquida em % do PIB em 1996 - África Subsaariana

(percentagem)

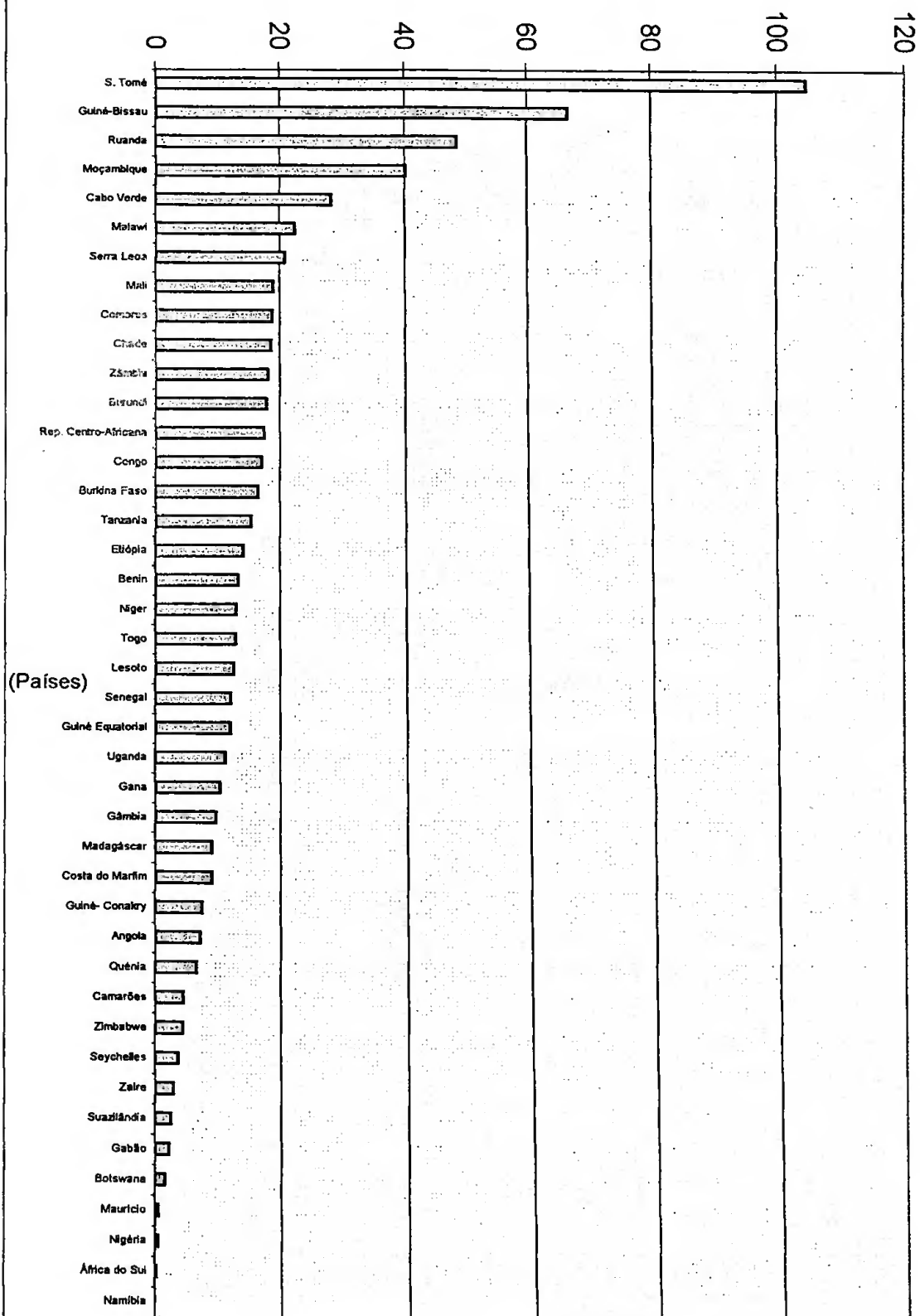
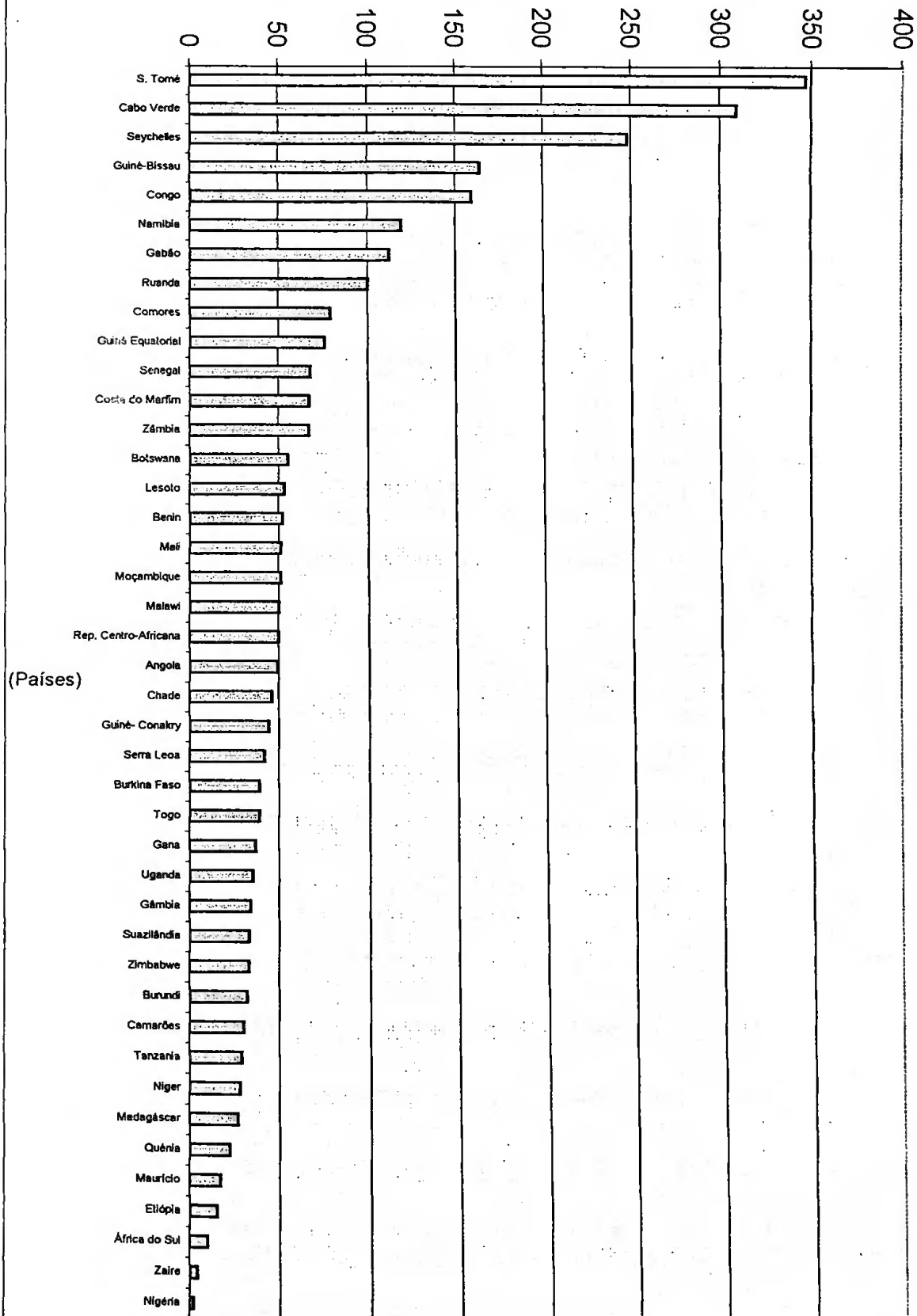


Gráfico 3 - APD Líquida per capita - todos os doadores-África Subsaariana

(Percentagem)



Evidentemente que é difícil encontrar um critério racional em virtude dos países doadores orientarem a ajuda por critérios de ordem política ou outras (ver relatório OCDE 1992) e, porque a ajuda não é distribuída de acordo com os critérios de eficácia relativamente ao desenvolvimento, ao rendimento ou ao número de habitantes. Por outro lado verificam-se flutuações no tempo relativamente à ajuda aos países, isto é a ajuda em alguns casos assume um carácter conjuntural. Desta análise não se descortina um critério relativamente à distribuição da ajuda.

2.3.2 – A CONCESSIONALIDADE DA APD – Donativos versus Empréstimos

A Ajuda Pública ao Desenvolvimento corresponde, aos recursos fornecidos através de empréstimo (com bonificações acima dos 25%), ou donativos, quer directamente por organismos dos estados, quer através de organizações internacionais.

Apresenta-se a seguir a composição da APD em empréstimos e donativos (Quadro 15), para analisar a concessionalidade da ajuda à África Subsaariana. A APD para esta região, é constituída maioritariamente por donativos, que no período de 1991 a 1997 representava 70 %, e os empréstimos apenas 30%. Os donativos foram maioritariamente de origem bilateral, 72% tiveram origem nos países do CAD e 27% de organismos multilaterais. Os empréstimos foram maioritariamente de origem multilateral correspondendo a 67,7 % do total. No período de 1991 a 1997 verifica-se uma quebra mais acentuada no valor dos donativos que baixaram de 13 914 para 11 887 milhões de dólares.

Quadro 15 – Empréstimos e Donativos dos países do CAD e multilaterais - África Subsaariana

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	TOTAL 91 a 97	TOTAL % 91 a 97
Países do CAD									
Emp.	2 089,3	2 464,6	2 106,8	1 625,7	1 618,8	1 362,7	1 106,2	12 374,1	30,54
Don.	10 405,1	9 813,1	9 554,2	10 198,5	9 995,2	9 307,8	8 468,7	67 742,6	72,06
Multilateral									
Emp.	3 385,6	3 343,3	3 495,7	4 521,2	5 191,4	4 143,4	3 309,4	27 390	67,60
Don.	3 446,1	4443,1	3 513,8	4 098,7	3 541,1	3 628,7	3 409,5	26 081	27,74
Países Árabes									
Emp.	114,7	91,8	90,7	81,9	88,7	128	156,1	751,9	1,86
Don.	63,1	42,1	33,2	19,8	12,8	6,8	8,7	186,5	0,20
Total									
Emp.	5 589,6	5 899,7	5 693,3	6 228,9	6 898,9	5 634,1	4 571,7	40 516,2	100%
Don.	13 914,3	14 298,2	13 101	14 317	13 549	12 943,3	11 887	94 009,9	100%

Fonte: OCDE 1996 e 1999

Em síntese a ajuda à África Subsaariana é constituída maioritariamente por donativos que são na sua maior proporção de origem bilateral, os empréstimos que representam menos de 1/3 da ajuda são fundamentalmente de origem multilateral.

A ajuda concessional é sem dúvida mais favorável que financiamento em condições de mercado em virtude da extrema fraqueza dos recursos dos países pobres e da sua incapacidade estrutural para permitir mobilizar recursos suficientes para reembolsar as dívidas. No entanto a estrutura da APD acima apresentada corresponde a de uma região de fraco desenvolvimento à margem dos circuitos financeiros internacionais.

2.3.3 COMPROMISSO POR SECTORES

O compromisso por sectores, refere-se aos sectores em que a ajuda foi aplicada. Os valores apresentados a seguir indicam-nos o peso da ajuda bilateral por sectores (estes valores são brutos) não dando uma indicação precisa da aplicação da ajuda, no entanto, indica-nos a tendência e a evolução da ajuda bilateral por objectivos e a posição relativa dos sectores no total da ajuda (Quadros 16 e 16.1).

Considerando os valores globais do período, o sector da infra-estrutura social é o mais beneficiado correspondendo a 27% do total, seguindo-se a ajuda-programa que representou 19%, o sector produtivo 17%, a infra estrutura económica 14,7% e pagamento da dívida 9,4%. No sector infra-estrutura social ajuda foi dirigida principalmente para os sectores da educação saúde e água e saneamento que representam respectivamente 6,9%, 4,9% e 6% do total do período e 66% do sector.

Se analisarmos a evolução da distribuição da ajuda no período de 1991 a 1997, constata-se que houve uma mudança significativa na aplicação da ajuda por sectores neste período: a infra-estrutura social aumentou o seu peso relativo de 17% para 32%, aumentando entre 1991 e 1996 de 1516 para 3.175 milhões de dólares.

A assistência de urgência apesar de apresentar um peso relativo baixo no total do período (4%) aumentou desde 1993 de 3,5% para 7%. A ajuda para o pagamento da dívida aumentou de 10,6 % para 11,8 % apesar de diminuir em valor absoluto depois de 1995.

Quadro 16 – Ajuda Bilateral por objectivos (milhões de dólares) – África Subsaariana

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	TOTAL	
	valor	valor	valor	valor	valor	valor	valor	valor	%
(Infra-estrutura social e serviços)	1516,4	2120,2	1765,5	2345	2661,2	3175,3	2108,8	15692,4	27,02
Educação	444,2	596,1	458,2	604,6	691	724,5	503,4	4022	6,93
Saúde	265,2	423,8	314,6	393	507,6	601,7	360,2	2866,1	4,94
água e saneamento	441,5	405,5	436,1	546	538,7	638,5	482,5	3488,8	6,01
(Infra-estrutura econ. E serviços)	1765,5	1292,6	1073	1005,4	1200,4	1242,5	973,3	8552,7	14,73
Energia	660,4	325	276,2	194,3	523,7	230,1	324,1	2533,8	4,36
Transporte e comunicações	877,9	850	676,8	630,2	504,9	782,9	560,6	4883,3	8,41
(Sector Produtivo)	1516,1	1941,8	1632,5	1314,2	1244,3	1266,5	879,2	9794,6	16,87
Agricultura	820,5	1054,6	854,7	850	794,4	798,2	644,9	5817,3	10,02
Indústria mineira/construção	232,5	339,9	156,4	192,9	109,3	172,7	99	1302,7	2,24
Comercio e Turismo	463,1	547,3	621,4	271,3	341,8	296,9	135,3	2677,1	4,61
(Multisector)	710,8	653,7	661,1	566,3	708,2	690,9	558,3	4549,3	7,83
(Ajuda Programa)	2145,7	2676,1	1809,8	1263,3	1647,6	949	726,3	11217,8	19,32
Ajuda alimentar	1050,5	1072	530,9	344,7	585,2	313,6	349	4245,9	7,31
(Pagamento da dívida)	917,7	630,1	760	881,6	901,2	606,5	777	5474,1	9,43
(Assistência urgência)	0	0	287,2	258,1	703,8	548,7	462,1	2259,9	3,89
(Não especificado)	54,4	84	86,9	62,7	54	88,3	101	531,3	0,91
Total	8626,6	9398,7	8076	7696,6	9120,8	8567,8	6586	58072,5	100

Fonte : OCDE 1996, 1999

Quadro 16.1 – Ajuda Bilateral por objectivos (percentagem) – África Subsaariana

	1991 %	1992 %	1993 %	1994 %	1995 %	1996 %	1997 %
(Infra-estrutura social e serviços)	17,58	22,56	21,86	30,47	29,18	37,06	32,02
Educação	5,15	6,34	5,67	7,86	7,58	8,46	7,64
Saúde	3,07	4,51	3,90	5,11	5,57	7,02	5,47
água e saneamento	5,12	4,31	5,40	7,09	5,91	7,45	7,33
(Infra-estrutura econ. e serviços)	20,47	13,75	13,29	13,06	13,16	14,50	14,78
Energia	7,66	3,46	3,42	2,52	5,74	2,69	4,92
Transporte e comunicações	10,18	9,04	8,38	8,19	5,54	9,14	8,51
(Sector Produtivo)	17,57	20,66	20,21	17,08	13,64	14,78	13,35
Agricultura	9,51	11,22	10,58	11,04	8,71	9,32	9,79
Indústria mineira/construção	2,70	3,62	1,94	2,51	1,20	2,02	1,50
Comercio e Turismo	5,37	5,82	7,69	3,52	3,75	3,47	2,05
(Multisector)	8,24	6,96	8,19	7,36	7,76	8,06	8,48
(Ajuda programa)	24,87	28,47	22,41	16,41	18,06	11,08	11,03
Ajuda alimentar	12,18	11,41	6,57	4,48	6,42	3,66	5,30
(Pagamento da dívida)	10,64	6,70	9,41	11,45	9,88	7,08	11,80
(Assistência urgência)	0,00	0,00	3,56	3,35	7,72	6,40	7,02
(Não especificado)	0,63	0,89	1,08	0,81	0,59	1,03	1,53
Total	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: OCDE 1996, 1999

Todos os outros sectores baixaram tanto em valor absoluto como relativo, entre 1991 e 1997 a ajuda-programa diminuiu de 24,8% para 11%; a infra-estrutura económica baixou de 20% para 14% correspondente a uma redução de 790 milhões de dólares; o sector produtivo baixou de 17,5 para 13,3% correspondente a uma redução de 637 milhões de dólares.

Numa análise global verificou-se uma reorientação da ajuda bilateral por sectores num contexto de diminuição dos valores totais da ajuda bilateral no período de 1991/97. A tendência mais flagrante corresponde ao aumento da infra-estrutura social, sector que registou o maior acréscimo tanto em valor absoluto como relativo, representando em 1997 cerca de 1/3 da ajuda bilateral. A ajuda programa tem vindo a diminuir desde 1995, e sofreu a maior redução. Este tipo de ajuda não é dirigida a qualquer sector específico, mas a fins de “desenvolvimento” em geral nomeadamente financiamento da balança de pagamentos, apoio ao orçamento ou apoio ao ajustamento estrutural. Os sectores da infra estrutura económica e produtivo que viram o seu valor reduzido para cerca de metade entre 1991 e 1997, neste último sector a componente mais importante, a agricultura, tem vindo a ter uma menor contribuição.

A ajuda de emergência que constitui uma parte crescente da APD (refugiados, reconstrução, etc. ou operações de manutenção de paz), tem vindo a aumentar, segundo o CAD mais de 11% da APD foi consagrada ajuda de emergência em 1995 contra 2% em 1990.

Finalmente é de referir que o valor da ajuda relacionada com a dívida continua a assumir um peso relativo elevado em 1997 representava 11,8% da ajuda bilateral, sendo em termos percentuais o seu maior valor em todo o período.

2.4 – CONCLUSÃO

O financiamento internacional dos PVD sofreu uma forte alteração na sua composição durante a década de noventa que se reflectiu na diminuição dos fluxos públicos e da APD e no aumento em termo relativos e absolutos do financiamento privado. Ao mesmo tempo verificou-se uma diminuição da ajuda bilateral a partir de 1994. A APD em percentagem do PIB dos países doadores também diminuiu sendo as maiores reduções efectuadas pelos países mais doadores.

Esta evolução do financiamento internacional é indicativo da perda de importância e do desinteresse da utilização da APD no financiamento ao desenvolvimento. Na repartição regional da APD concedida aos PVD a maior quota 34 % dirige-se à região da África Subsaariana constituindo a quase totalidade do seu financiamento.

A África Subsaariana apresenta uma composição dos fluxos financeiros completamente diversa dos PVD no seu conjunto, mantendo a mesma estrutura de fluxos na última década. A evolução que se tem verificado nesta região não acompanhou a evolução geral das outras regiões em desenvolvimento. O financiamento internacional do desenvolvimento desta região, entre 1990 e 1997 foi assegurado fundamentalmente pelo financiamento oficial, constituído quase na totalidade por APD maioritariamente de origem bilateral tendo esta vindo a diminuir, desde 1994. A liberalidade da APD em sentido estrito mantém-se em todo o período, representando os donativos 70% do total da APD. A ajuda per capita assim como a ajuda em percentagem do PIB diminuiu em termos médios, sendo a sua distribuição por países bastante heterogénea.

Relativamente à aplicação da ajuda por objectivos verificou-se uma mudança profunda no período de 1991 a 1997: aumentou o sector de infra-estrutura social diminuindo acentuadamente a ajuda-programa. Os sectores produtivo e infra-estrutura económica viram a sua posição relativa baixar e todos diminuíram em valor absoluto. Verifica-se um crescimento da ajuda de emergência que duplicou o seu peso relativo de 1993 para 1997. A ajuda para pagamento da dívida mantém o seu peso relativo em todo o período embora tenha diminuído a partir de 1995.

A inserção da África Subsaariana na política de desenvolvimento internacional, no período em análise corresponde a uma situação de dependência da ajuda, que se mantém durante todo o período analisado. A assistência internacional tem uma forte participação no “financiamento ao desenvolvimento” desta região, apesar do valor da ajuda diminuir a partir de meados década.

3 - O MODELO

Neste capítulo apresenta-se o modelo e as hipóteses adoptadas para testar a correlação existente entre o IDH, as suas componentes e a APD.

Desconhece-se teoria formalizada que modelize o IDH. Os relatórios do PNUD são quanto a esta questão de natureza conceptual e normativa evitando a modelização teórica e hipotética. Verifica-se entretanto a existência de uma forte correlação entre o IDH e o APD e as componentes do IDH. Essa correlação é exibida no quadro abaixo.

Quadro 17 – Matriz de correlação

	IDH	PIB	Esper. vida	Alfabetização	Escolaridade	APD
IDH	1					
PIB	0,8027	1				
Esper. vida	0,7952	0,5903	1			
Alfabetização	0,7702	0,4603	0,5076	1		
Escolaridade	0,1164	0,2163	0,029	0,0699	1	
APD	-0,3692	0,3101	-0,1896	-0,1896	-0,0828	1

Da análise dos resultados conclui-se que a APD é a única variável correlacionada negativamente com as restantes e que teremos eventualmente que estandardizar as variáveis por forma a que seja mais fácil compará-las, desde que este processo não envolva perda de informação.

Alguns autores argumentam que a APD influencia directamente o crescimento económico e indirectamente o IDH.

Vários autores estimaram o processo da ajuda no crescimento. Amavilah (1998) concluiu que na Namíbia a ajuda contribuía para o crescimento. Most e Van der Berg (1996) concluíram que no Níger a ajuda no período t e no período $t-1$ contribuía para o crescimento, mas que para o Ruanda a ajuda no período t contribuía para o crescimento ,mas que no período $t-1$ a relação era negativa.

Mosley et all (1997) também concluíram que a relação entre a ajuda e o PIB era negativa. Papanek (1972) obteve uma relação positiva. Islam (1998) não encontra relação entre ajuda e

crescimento no Bangladesh. Noakam (1993) conclui que a relação entre ajuda e crescimento foi insignificante para os Camarões.

Emerge deste resultado que a relação entre ajuda e PIB não é inequívoca. Por esta razão Papanek (1972), White (1992) e Cassen (1994) optaram por estimar o impacto macro-económico para países individuais, só que estes estudos enfrentam problemas de obtenção de dados “in situ” e não são generalizáveis.

Emergem desta literatura alguns consensos, a saber:

- Os fluxos de capitais privados são a variável que mais influência tem no crescimento do produto, enquanto que a ajuda pública tem pouca ou nenhuma influência, Massel et al (1972) e Heller (1975), Mosley et al (1987).
- Parece não existir ligação significativa entre investimento e ajuda de acordo com Boone (1996) mas Levy (1987) defende que o impacto da ajuda se faz através do investimento.
- Existe uma correlação positiva entre ajuda, investimento e crescimento, Papanek (1973) e Levy (1988).

Uma nova linha de investigação tem emergido nos últimos anos. Burside e Dollar (1998) mediram os efeitos da ajuda no produto através de um modelo de equações simultâneas para a ajuda, política económica (definida por um índice) e crescimento. Concluíram que a ajuda tem um impacto positivo nos países que conduziram boas políticas comerciais, monetárias e fiscal. Esta linha de política económica é actualmente seguida pelo Banco mundial (B.M.,1998).

Relativamente à linha de investigação que se seguirá neste texto Most e Van der Berg (1996) não encontram uma relação evidente entre ajuda e crescimento económico para um conjunto de onze países da África Subsaariana.

Se a APD contribui para o crescimento, então os países que recebem mais APD devem ter mais crescimento e portanto maior IDH. A evidência empírica mostra que variações na APD estão associadas a variações no PIB, por exemplo para Cabo verde. Esta evidência sugere que a correlação entre a APD e o IDH reflecte uma relação causal entre essas variáveis. Pode

acontecer no entanto que a APD seja endógena por forma que a causalidade se faça do IDH para a APD.

Portanto a primeira questão a analisar é a seguinte: será que os países que recebem mais APD registam um maior nível de IDH, situação em que a causalidade vai do APD para o IDH; ou será que são os países que têm mais IDH os que recebem mais APD, situação em que a relação causal vai do IDH para o APD. Começemos por testar esta hipótese.

3.1 O MODELO BIVARIADO: IDH E APD

A relação causal existente entre o IDH e a APD pode ser uma das três: (i) a correlação é completamente espúria reflectindo a má especificação da tendência das series no período; (ii) a correlação é estatisticamente significativa indo da APD para o IDH; (iii) a correlação é estatisticamente significativa indo do IDH para o APD.

Considere-se o modelo:

$$IDH_{it} = \alpha_0 + \alpha_1 \cdot APD_{it} + \varepsilon_{it}$$

este modelo está sujeito a má especificação devido a vários factores, nomeadamente : as variáveis económico-sociais são por natureza correlacionados estando essa correlação sujeita a explicações alternativas; a relação causal pode ser a inversa da especificação admitida por forma que seja o nível de IDH que determine a ajuda e não o inverso; finalmente o efeito da APD sobre o IDH pode desaparecer quando variáveis relevantes são estatisticamente controladas.

Tendo presente estas notas, apresenta-se abaixo a regressão 4.2 estimada pelo método dos mínimos quadrados.

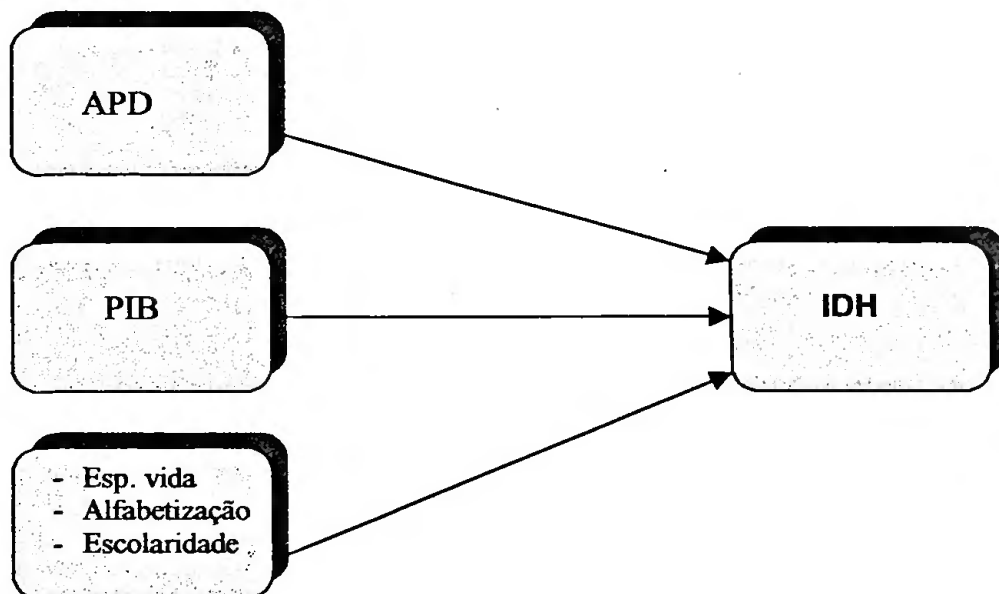
Quadro 18: Regressão do modelo 3

Variáveis	Parâmetros	Estatística t
Constante	0,4898	28,18**
APD	-0,00017	-5,534**
R2 ajustado	0,13	
DW	0,58	
F	32,82	

Verifica-se que o modelo explica apenas 13% da variação possuindo uma razoável aderência aos dados. O parâmetro do APD é negativo e estatisticamente significativo.

3.2 O MODELO MULTIVARIADO

Neste contexto explica-se a correlação entre a APD, e as componentes do IDH, com o IDH, de acordo com o seguinte organigrama:



As variáveis PIB, esperança de vida, alfabetização e escolaridade controlam estatisticamente a APD na explicação do IDH.

Admitindo-se como hipótese que os 3 elementos independentes do modelo APD, PIB e Sector social determinam o IDH directa e indirectamente.

O modelo a testar possui a seguinte especificação linear:

$$IDH_{it} = f(PIB_{it-3}, APD_{it-2}, Esper_{it-3}, Alfabet_{it-3}, Escol_{it-3}, Di_{it}, e_{it})$$

Onde:

- IDH_{it} - É o índice de desenvolvimento humano do país i no ano t .
- PIB_{it-3} - É o PIB *per capita* ajustado em dólares do país i no período $t-3$.
- APD_{it-2} - É a ajuda pública ao desenvolvimento em dólares recebida pelo país i no período $t-2$.
- $Esper_{it-3}$ - É a esperança de vida à nascença do país i no período $t-3$.
- $Alfabet_{it-3}$ - É a taxa de alfabetização do país i no período $t-3$
- $Escol_{it-3}$ - É a taxa de escolaridade do país i no período $t-3$.
- D_i - São variáveis qualitativas dicotômicas que assumem o valor zero e um, identificando os países por áreas linguísticas (inglês, francês, português).
- e_{it} - É a variável residual, que por hipótese possui uma distribuição normal, com variância constante.

Tendo em consideração a forma de cálculo do APD, constante dos relatórios do PNUD, é de esperar a existência de uma relação positiva entre PIB, Esperança de vida, Alfabetização, Escolaridade e o IDH. A relação entre o APD e o IDH constitui uma incógnita, se bem que seja também de esperar uma relação positiva.

As variáveis utilizadas, obtidas nos relatórios do PNUD, estão medidas em unidades distintas; IDH é um índice; O PIB e a APD são apresentados em dólares PPC.; a esperança de vida é o número de anos, a alfabetização e a escolaridade são taxas e as dummies são variáveis qualitativas. Todas as variáveis foram obtidas nos relatórios do PNUD com exclusão do PIB e APD que foram obtidos na *African Indicators* 2000 do Banco Mundial.

No quadro que se segue apresenta-se as características das variáveis:

Quadro 19: Características das variáveis:

Variáveis	Média	Variância	Valor mínimo	Valor máximo
I.D.H	0,426	0,0236	0,176	0,845
PIB	1912	4 095 017	0,674	13294
Esper. De vida	51	65	22	72
Alfabetização	0,55	0,037	0,124	0,909
Escolaridade	0,729	16,92	0,14	60
APD	361	105.430	4	2029

Tendo em consideração a estrutura de dados temporal e seccional simultaneamente, existem 3 configurações possíveis para estimar o modelo: (i)– o modelo global, (ii) – o modelo “pooled”; (iii) – o modelo panel.

O modelo global assume a expressão:

$$IDH_{it} = C + \sum_k \beta_k X_{it} + e_{it}$$

Com X_{it} as k variáveis exógenas do modelo, observadas nos i países, no período t . A regressão total analisa os países individuais como observações em que a variável temporal não possui influência específica gerando estimadores médios para os países e por o período.

3.2.1 O MODELO GLOBAL

A estimação do modelo global com o método dos mínimos quadrados permitiu obter a seguinte estimação:

Quadro 20 – Modelo Global pelo Método dos mínimos quadrados

Variáveis	Parâmetros	Estatística t
Constante	-0,1341	-5,357
PIB	0.00003	15,532
Esper. de vida	-0.00002	-2,605
Alfabetização	0,0063	12,5316
Escolaridade	0,3170	16,8265
APD	-0003	-0,4864
D ₁	0,0176	1,7088
D ₂	0,0031	0,3114
R2 ajustado	0,91	
DW	1,16	
F	515	

Os parâmetros são todos estatisticamente significativos com exclusão das variáveis qualitativas Di.

O modelo mostrou heteroscedasticidade através do teste de *white* e do teste *w / chow*. A estatística Durbin Watson denota a existência de autocorrelação nos resíduos e o sinal da variável escolaridade denota a existência de correlação entre as variáveis.

Não se detectou multicolineariedade nos dados tendo em atenção o diagnóstico, decidiu-se reestimar o modelo utilizando o GMM – General Method of Moments, que é um método que corrige em simultaneamente da autocorrelação e heteroscedasticidade.

Simultaneamente decidiu-se eliminar do modelo o termo independente e as variáveis qualitativas para eliminar a correlação existente entre as variáveis. O resultado da estimação é apresentado no quadro seguinte:

Quadro 21 – Modelo Global pelo GMM

Variáveis	Parâmetros	Estatística t
PIB	0,0047	12,50
APD	-0.000033	-4,31
Esper. de vida	0,0034	16,76
Alfabetização	0,3046	15,478
Escolaridade	-0,0021	-5,5393
R2 ajustado	0,89	
DW	1,43	

O modelo explicado representa 89% da variância e todas as variáveis são individualmente estatisticamente significativas.

O sinal das variáveis é o esperado tendo em consideração a matriz de correlações, com excepção do sinal da variável escolaridade.

Em termos interpretativos, quanto maior for APD, tanto menor será IDH, sendo a intensidade dessa variação marginal (0,000033). Existem várias explicações possíveis para esta relação.

Quanto maior for o PIB tanto maior será o IDH, sendo a intensidade desse efeito marginal 0,000047. Este efeito está de acordo com o teoricamente esperado, mas peca pela insignificância do efeito.

Quanto maior for a alfabetização tanto maior será o IDH sendo a intensidade desse efeito de 0,30. Este efeito está de acordo com o acordo teoricamente esperado, e o seu valor é significativo denotando a importância da alfabetização no desenvolvimento humano.

Quanto maior for a esperança de vida tanto maior será o IDH, sendo a intensidade desse efeito de 0,003.

Finalmente quanto maior for a taxa de escolaridade tanto maior será o IDH, sendo a intensidade desse efeito de (0,002). Este resultado é paradoxal e inesperado.

Este resultado denota que continua a existir correlação entre as variáveis exógenas do modelo.

Do estudo realizado verificam-se que a variável com maior correlação era o nível de escolaridade, pelo que se elimina a variável taxa de escolaridade do modelo e volta a estimar. O resultado é apresentado no quadro abaixo:

Quadro 22 – Modelo Global pelo GMM corrigido de escolaridade

Variáveis	Parâmetros	Estatística t
PIB	0,0045	12,59
APD	-0.000033	-4,251
Esper. de vida	0,00344	16,7965
Alfabetização	0,306711	15,5561
r^2 ajustado	0,89	
DW	1,48	

O modelo passou a ter os resultados de acordo com o teoricamente esperado e, em termos de variância explicada constata-se que o R^2 , mantém o valor de 0,89 o que representa que a exclusão do nível de escolaridade não diminuiu a capacidade explicativa do modelo.

3.2.2 O MODELO “POOLED”

Analisemos agora o modelo com os dados ordenados de acordo com o modelo “pooled”.

Existem duas situações em que se pretende os dados países / anos , organizada para atender à independência das observações por países ou por anos. Admitindo que as observações relativas aos países são condicionalmente independentes e identicamente distribuídas, e que as observações relativas aos anos também são independentes, temos uma organização dos dados “pooled”. Nesta situação os dados são organizados por forma a que se tem uma observação por país /ano e se possui independência nas duas dimensões países e anos.

Alternativamente poder-se-ia organizar os dados de acordo com uma estrutura “panel” onde se admitiria que as observações relativas aos países seriam condicionalmente

independentes e identicamente distribuída, mas podem existir correlações serial nas observações dentro de cada país. Infelizmente não se possui observações suficientes que permitam estimar os dados com a estrutura “panel”. Por esta razão procedemos na análise estimando os dados apenas com a estrutura “pooled”.

A estimação do modelo com o método do mínimo quadrado deu os seguintes resultados, aqui apresentado para fins comparativos:

Quadro 23 – Modelo “pooled” com o método dos mínimos quadrados

Variáveis	Parâmetros	Estatística
PIB	0,0036	17,70
APD	-0.000044	-3,858
Esper. de vida	0,0035	13,187
Alfabetização	0,3323	13,743
Escolaridade	-0,011	-1,335
R2 ajustado	0,91	
DW	1,72	
F		518,88

O modelo revelou um bom ajustamento com os parâmetros globalmente significativos e todos eles, com excepção da escolaridade, estatisticamente significativos. Os sinais dos parâmetros mantêm-se. Contudo o teste LM de Breusch / Godfrey e o teste da estatística Q de Ljung-box mostram que existe autocorrelação nos resíduos até ao nível 10.

Reestimou-se o modelo pelo GMM – *General method of moments* com correcção para a autocorrelação até ao nível 10 e correcção para a heteroscedasticidade. Os resultados são apresentados no quadro que se segue:

Quadro 24 – Modelo “pooled” pelo GMM

Variáveis	Parâmetros	Estatística
PIB	0,000048	8,5838
APD	-0.000027	-2,26679
Esper. de vida	0,00335	12,659
Alfabetização	0,3013	9,8327
Escolaridade	-0,00216	-4,235
R2 ajustado	0,89	
DW	1,84	

Nota: MNA =10

O resultado do modelo confirma os obtidos com o modelo geral, verificando-se que os parâmetros são globalmente e individualmente estatisticamente significativos. Os sinais dos parâmetros mantêm-se; contudo mais uma vez se verifica que o nível de escolaridade possui uma elevada autocorrelação com as outras variáveis pelo que se reestimou o modelo sem escolaridade:

Quadro 25: modelo “pooled” pelo GMM sem escolaridade

Variáveis	Parâmetros	Estatística
PIB	0,000043	9,4947
APD	-0.000030	-2,555
Esper. de vida	0,0034	13,124
Alfabetização	0,3091	10,261
R2 ajustado	0,901	
DW	1,83	

Nota: MNA =10

A qualidade do ajustamento melhorou e o valor e o sinal dos parâmetros praticamente não se altera, exibindo desta forma que a escolaridade não contribui para a explicação do IDH e que existe em 90% explicado pelo PIB, pela APD, pela esperança de vida e pela alfabetização. O PIB contribui positivamente para o IDH em 0,004%; o APD contribui negativamente para o IDH em, -0,003%; a esperança de vida contribui positivamente para o IDH em 0,3% e que a alfabetização contribui para o IDH em 30 %.

Tendo em consideração o valor dos parâmetros é a alfabetização a variável que explica principalmente o IDH demonstrando desta forma a ligação existente entre desenvolvimento e educação.

Este resultado é compatível com estudos publicados no contexto da teoria do crescimento em que se tem concluído pela presença de factores não económicos como currículos escolares, o método de leccionação, e a aptidão dos alunos na explicação do crescimento económico. Barro (1991),

Levine e Renelt (1992) e Levine e Zervos (1993) utilizam a taxa de escolaridade em modelos de crescimento endógeno; Barro (1992), utilizou resultados de testes (test scores) chegando à mesma conclusão.

3.3. ANÁLISE DE CONTRIBUIÇÃO DE CADA VARIÁVEL

Analise a contribuição de cada variável para o modelo Excluindo o PIB da regressão o R² ajustado cai para 0,78, o valor dos parâmetros mostra alguma instabilidade, mas a autocorrelação aumenta.

Quadro 26 – Modelo “pooled” pelo GMM sem PIB

Variáveis	Parâmetros	Estatística
APD	-0.00009	-4,036
Esper. De vida	0,0037	8,091
Alfabetização	0,479	9,409
R2 ajustado	0,78	
DW	0,71	

Excluindo a APD o R² ajustado cai para 0,89 e o valor dos parâmetros mantém-se praticamente imutáveis.

Quadro 27 – Modelo “pooled” pelo GMM sem APD

Variáveis	Parâmetros	Estatística
PIB	0,000045	10,4183
Esper. de vida	0,0031	16,3329
Alfabetização	0,3164	10,8181
R2 ajustado	0,89	
DW	1,85	

Excluindo a esperança de vida o R² ajustado cai para 0,84 o parâmetro da alfabetização aumenta e o parâmetro da APD passa de negativo a positivo.

Quadro 28 – Modelo “pooled” pelo GMM sem esperança de vida

Variáveis	Parâmetros	Estatística
PIB	0,0043	8,4132
APD	0,000034	2,3210
Alfabetização	0,5864	20,6039
R2 ajustado	0,84	
DW	1,43	

Excluindo a taxa de alfabetização o R² ajustado cai para 0,82 e os parâmetros mantêm-se praticamente constantes.

Quadro 29 – Modelo “pooled” pelo GMM sem alfabetização

Variáveis	Parâmetros	Estatística
PIB	0,0048	11,1907
APD	-0,000057	-4,247
Esper. de vida	0,0066	35,82
R2 ajustado	0,82	
DW	1,28	

Destas simulações conclui-se a variável que contribui mais para a variância do modelo é o PIB (diferença no R2 ajustado de 0,901 para 0,78), seguido da alfabetização (diferença no R2 ajustado de 0,901 para 0,82), depois vem a esperança de vida (diferença entre o R2 ajustado de 0,91 para 0,84) e finalmente o APD (diferença entre o R2 ajustado de 0,901 para 0,89). Mais ainda verifica-se que o APD está correlacionado com as outras variáveis do modelo por forma que o seu sinal passa a positivo quando se exclui a esperança de vida. Contudo tendo presente o sinal das correlações entre APD e as restantes variáveis verifica-se que o sinal do parâmetro é negativo como parte dos modelos da simulação possui um DW que representa a existência de autocorrelação no modelo apesar de estarmos a estimá-lo com um método que atende à autocorrelação até ao nível 10, não devemos valorizar por demais a mudança de sinal.

A conclusão que se retira quando controlamos estatisticamente a relação existente entre IDH e APD com variáveis relevantes é que o IDH é explicado quer pelo PIB (a variável que mede o crescimento), pelo nível de educação (taxa de alfabetização), pelo nível de saúde (esperança de vida) e pela APD (ajuda ao desenvolvimento).

A contribuição do PIB, da educação e da saúde é a teoricamente esperada por forma que quanto mais forem estas variáveis, mais será o IDH. A contribuição de cada uma destas variáveis para o IDH foi apresentada atrás (PIB= 0,004%, esperança de vida =0,33%, taxa de alfabetização = 30%).

A contribuição do APD para o IDH é negativa e no valor de -0,0027%.

O primeiro resultado é consistente com estudos anteriores realizados sobre o crescimento endogénico. O principal resultado deste estudo é a existência de uma relação negativa e estatisticamente significativa entre o IDH e a APD. Não se conhecem estudos

anteriores sobre esta matéria que permitam validar ou não o resultado contudo existe uma literatura sobre o APD que valida este resultado, com base nos seguintes argumentos: (i) A APD é um produto do sistema de Welfare europeu, a ajuda aos outros não nacionais constituindo uma generalização internacional da obrigação moral de ajudar os mais pobres. Esta solidariedade internacional entrou em crise com a crise do Welfare state. Neste contexto o APD é um apoio à pobreza e portanto aos países com menos IDH. Havendo uma relação negativa entre IDH e APD ela é captada pelo modelo. (ii) O APD é distribuído pelo sistema político dos países africanos de forma ineficiente, não tendo influência sobre o IDH.

3.4 ANÁLISE DA CAUSALIDADE ENTRE O IDH E O APD

Na especificação do modelo, IDH é a variável endógena, cujo o valor é determinado no contexto do modelo. Todas as outras variáveis são predeterminadas. Um teste de Hausman foi utilizado para determinar se a APD é endógena e portanto correlacionada com o termo residual (Hausman, 1978).

O teste de Hausman foi desenvolvido em duas fases. Na primeira fase efectuou-se uma regressão do APD em relação a todas as variáveis exógenas da equação. O resíduo desta regressão é usado como variável explicativa adicional na equação do IDH.

O teste de endogeneidade do APD baseia-se na significancia estatística, do coeficiente da variável estatística t. A hipótese nula de um coeficiente com valor zero para a variável residual não pode ser rejeitada quer a 1% quer a 5% do nível de confiança, indicando que se pode tratar IDH como variável exógena.

3.5 CONCLUSÃO

Emerge deste estudo que a APD é o principal financiamento da África Subsaariana; que ela tem vindo a diminuir nos últimos anos e que a relação existente entre a ajuda e o IDH é negativa.

Que causas poderão explicar estas conclusões?

Relativamente à primeira questão o facto do APD constituir a Principal fonte de financiamento da África Subsaariana decorre do subdesenvolvimento do continente e do processo de marginalização a que ele tem sido votado nos últimos anos, se o subdesenvolvimento é estrutural, a marginalização constitui uma decisão política dos países desenvolvidos. Várias

teorias têm sido avançadas para explicar esta marginalização. De acordo com Paldam (1998) é o abandono das políticas de Welfare State nos países desenvolvidos que está na origem da diminuição da APD. Sendo a APD uma política de Welfare states, ele ressent-se com o afastamento dos países desenvolvidos desse tipo de políticas. Outra teoria explicativa para a diminuição da APD passa pelo aumento da transparência das políticas públicas.

Sendo a APD uma política de transferência o aumento da transparência nas relações políticas contemporâneas induz um maior rigor e controle no processo de concessão de que resulta a sua diminuição.

Quanto à Segunda questão, o facto da APD constituir a principal fonte de financiamento da África Subsaariana, ela decorre do subdesenvolvimento do continente. Sem mercados nem sociedade civil não se pode aumentar os fluxos privados.

Relativamente à terceira questão, a causalidade negativa entre IDH e APD, existem dois tipos de teorias explicativas. Em primeiro lugar as teorias sociológicas que explicam a ausência de impacto pela prevalência de corrupção nos PVD e ineficiência da rede de distribuição de fundos.

Em segundo lugar existem as teorias económicas que explicam a causalidade negativa através do paradoxo da transferência, Bhagwati et al (1983).

A APD pode resultar numa diminuição de bem estar no país receptor, quer porque os mercados funcionam de forma ineficiente quer porque os mercados funcionem de forma eficiente, mas o sector de bens não *tradable* está sobredimensionado para a economia, Yano (1999). A sobredimensão do sector não tradable altera os preços relativos por forma que aumente o efeito da ajuda; quer porque existe um sistema de tarifas que distorcem o comércio externo e os preços relativos dando origem à anulação da ajuda, Johnson (1967). O excesso do desenvolvimento do sector importados altera os preços relativos restringindo o desenvolvimento do sector exportado induzindo à diminuição.

Para finalizar este capítulo convém ter presente que é arriscado retirar conclusões políticas de regressões cross-section, como as que acabámos de efectuar. Estas regressões

esclarecem se as variáveis são significativas, mas o valor do coeficiente não pode ser considerado rigoroso.

4 – O DESENVOLVIMENTO HUMANO E A AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO

O IDH é calculado em função do rendimento e indicadores sociais, tendo por base o conceito de desenvolvimento humano, apresentado como mais representativo do nível de desenvolvimento do que o rendimento (PNB ou PIB *per capita*). Na sua concepção o IDH pretende afastar-se das concepções de desenvolvimento em que este se confunde com crescimento medido pelo PIB, sendo um dos objectivos superar as insuficiências apontadas ao nível de rendimento (como indicador exclusivo do desenvolvimento).

O objectivo do IDH é avaliar o nível de desenvolvimento do(s) países(s) e a sua posição relativa numa escala de classificação em que os países são ordenados segundo o valor do IDH. Este como “quantificação” e medida do desenvolvimento tem subjacente a relação entre crescimento e, desenvolvimento tendo em vista a política económica que visa o desenvolvimento.

O PIB é uma componente importante do IDH mas não única, crescimento do produto não significa automaticamente aumento do IDH. “As diferenças de países com desenvolvimento humano diferente e com rendimentos iguais obrigam a decompor o IDH de tal modo que este reflecta as condições sócio-económicas reais e vividas”; “As diferenças de ordenação segundo a qual os países são classificados pelo PNB ou por IDH faz aparecer a distância que falta percorrer para transformar o crescimento económico na melhoria das condições de vida das populações.” (PNUD 1991; pág. 14).

Na perspectiva do desenvolvimento humano, a avaliação da APD deve ser determinada pelo valor relativo da ajuda para os domínios prioritários do desenvolvimento humano. O Orçamento da ajuda deve ser analisado em função das suas aplicações nos países beneficiários.

A perspectiva do Desenvolvimento Humano implica que a análise APD/IDH deve ser feita pela avaliação da aplicação da ajuda por sectores e analisado o seu efeito no rendimento e sectores sociais.

A abordagem APD/PIB ou dos efeitos da ajuda no PIB traduz-se em detectar os efeitos da ajuda no crescimento económico, o desenvolvimento confunde-se com crescimento medido pelo PIB. Numa análise global corresponde à relação entre os fluxos da ajuda e o efeito no crescimento económico medido pelo PIB. Nesta perspectiva a avaliação da política de ajuda pode não ser relevante para a análise do efeito da ajuda no desenvolvimento porque o efeito que se pretende determinar refere-se ao crescimento do Produto, podendo levar a conclusões erróneas. Os objectivos de crescimento e desenvolvimento não são a mesma coisa e crescimento pode não significar desenvolvimento: "...Crescimento económico e desenvolvimento devem ser analiticamente separados (...) as contas do rendimento nacional não são apenas imperfeitas mas na realidade indicadores enganadores, de tal modo que as decisões políticas tomadas com base neles, podem levar ao agravamento dos problemas" (FRIEDMAN J., 1996).

A análise da APD/IDH é mais complexa e tem pressupostos diferentes da abordagem APD/PIB:

- O IDH pode variar em resultado da variação do PIB ou da variação dos indicadores sociais. Isto significa que países em que se verifique o crescimento do produto podem piorar a situação em termos do IDH, a situação inversa também se pode verificar, isto é, melhorar os sectores sociais e apesar disso a diminuição do PIB afectar negativamente o IDH. Situações de aumento do produto e diminuição do IDH, significa capacidade potencial não utilizada para aumentar o IDH.
- A análise PIB/APD levanta o problema da controvérsia entre crescimento e desenvolvimento e, consequentemente pode levar à justificação de políticas de ajuda no pressuposto de crescimento do produto apresentadas como políticas de desenvolvimento. A análise APD/IDH tem implícito uma visão específica do desenvolvimento e da orientação da política da ajuda para o desenvolvimento humano.

A relação APD/IDH implica uma análise da APD por objectivos e a ponderação dos efeitos nos sectores a que esta se dirige. Neste aspecto a composição da APD nas vertentes de Cooperação Técnica (CT) e Cooperação Financeira (CF) é particularmente importante na análise do efeito APD/IDH. A cooperação técnica destina-se a desenvolver os recursos humanos

e reforçar as capacidades institucionais, nomeadamente nos sectores da saúde e educação. Parte da ajuda técnica é englobada nos projectos e programas não sendo identificada como cooperação técnica. A cooperação financeira pode ter efeitos a curto prazo no rendimento e ser ineficaz no efeito nos sectores sociais. A abordagem do IDH tem como componentes a saúde e a educação, tendo como objectivo avaliar o progresso sócio-económico, abrangendo a formação do capital humano, ou seja o progresso das capacidades humanas.

O peso da cooperação técnica e a avaliação da sua qualidade e eficácia são fundamentais na análise dos efeitos no IDH, em virtude da cooperação técnica ser o principal instrumento para melhorar as capacidades humanas e institucionais.

4.1 O DESENVOLVIMENTO HUMANO

A África Subsaariana é uma região em vias de desenvolvimento, no sentido tradicional do termo e pode identificar-se pelos indicadores que apresenta aos chamados “países em vias de desenvolvimento”, mas a sua evolução nas últimas décadas apresenta um nível de crescimento, leia-se desenvolvimento, muito inferior às outras regiões deste grupo.

Comparando a África Subsaariana com as outras áreas regionais “em desenvolvimento”, nos sectores como a educação, a saúde, e nível de rendimento, apresenta actualmente uma situação mais desfavorável do que outras áreas regionais em desenvolvimento, que eram tão ou mais pobres em meados da década de sessenta e que entretanto tiveram um elevado grau de crescimento. “Por exemplo o Ghana em 1957 era mais próspero que a República da Coreia, e em 1993 o nível da economia da Coreia é seis vezes superior que a do Ghana. A economia da Ásia cresceu 9,3% em 1994 contra 2,2% do crescimento registado pela África Subsaariana” (SPARKS, 1996 pág. 11) . “A África de hoje identifica-se ao ‘Terceiro Mundo’ tal como os autores o definiam nos anos 60, e apresenta hoje o conjunto de critérios em todos os domínios que caracterizam o subdesenvolvimento ”, (BRUNNEL 1995, pág. 337).

A situação actual da África Subsaariana na perspectiva do desenvolvimento humano, através do IDH evidencia o atraso da região e, o desvio relativamente ao grupo dos chamados países em desenvolvimento em que se insere. (Quadro 30)

Quadro 30 – ÍNDICE DO DESENVOLVIMENTO HUMANO 1997

Indicadores do desenvolvimento humano	África Subsaariana	PVD
IDH	0,463	0,637
Esperança de vida (anos)	48,9	64
Taxa de alfabetização (%)	58,5	71,4
Taxa de escolaridade (1º, 2º e 3º níveis) (%)	44	59
PIB per capita (dólares 87)	518	908
PIB real per capita (dólares PPC)	1534	3240

Fonte: PNUD 1999

Em síntese constata-se o seguinte:

- a) O IDH médio de 1999 da África Subsaariana (0,463) é bastante inferior ao dos PVD (0,637), e está muito próximo de dos países menos desenvolvidos (0,430). Mantendo-se no nível de desenvolvimento humano baixo, a região não enveredou por um processo de “desenvolvimento” de acordo com as previsões das teorias de desenvolvimento da década de 60, nem de acordo com as propostas e previsões da OCDE, FMI e BM relativamente aos efeitos da ajuda sobre o desenvolvimento. Na década de noventa não se integrou no chamado processo de “crescimento” e desenvolvimento resultante da globalização, marginalizando-se em relação ao processo da divisão internacional do trabalho.

Esta situação tem origem no processo de desenvolvimento das décadas anteriores, agravando-se a partir dos anos oitenta.

- b) Relativamente ao período 1960 a 1990 (anterior à introdução do IDH), o Relatório do Desenvolvimento Humano de 1991 no capítulo da “Situação do Desenvolvimento Humano” considera que “África Subsaariana obteve ganhos consideráveis em matéria de desenvolvimento humano nas últimas décadas” (PNUD 1991, pág. 39): Depois de 1960 a taxa de mortalidade infantil baixou 37%; a esperança de vida passou de 40 a 52 anos; a alfabetização de adultos aumentou 2/3 entre 1970 e 1985. Mas acrescenta que em virtude do crescimento económico lento dos anos 80 e do aumento da taxa de crescimento da população (3,2%), o PNB por habitante diminuiu 2,2% por ano, durante os dez últimos anos, contudo em 1989 verificou-se um crescimento positivo. Apesar destas melhorias apontavam-se carências nos sectores económicos e sociais, das quais referimos em síntese, as seguintes: No sector da saúde: a taxa de mortalidade dos menores de cinco anos, era de

178 por 1000 nado-vivos, enquanto que a mesma taxa para a Ásia e América- Latina era de 57 e 72% respectivamente. Em Angola, Guiné Bissau, Malawi, Mali e Moçambique, um quarto das crianças morrem antes dos cinco anos.

Outros indicadores já davam conta do desvio da região: 50% da população não tinha acesso aos serviços de saúde pública; cerca de dois terços não tinham acesso a água potável; 18 milhões sofria da doença do sono.

No aspecto económico estimava-se que 100 milhões de pessoas não tinham emprego em 1989, e outros 100 milhões estavam sub-empregados; por último os salários reais baixaram de 30% entre 1980 e 1989.

Outro aspecto refere-se à deslocação das populações dos centros rurais para os centros urbanos, aumentado o sector informal, apesar da produção ser marginal e os salários com dificuldade permitirem a sua subsistência, sacrificando a escolaridade.

No sector da educação: A taxa de alfabetização das mulheres é de 34% e a dos homens não chega aos 56%. Estes problemas são exacerbados pela violência política, sendo os países mais afectados Angola, Burundi, Etiópia, Libéria, Moçambique, África do Sul e Uganda. Em 1989 o balanço da violência política destes conflitos saldava-se em 6 milhões de refugiados. O Relatório de 91 concluiu esta análise com a seguinte afirmação:

“A perspectivas da África serão inquietantes se o esforço concertado ao nível nacional e internacional não forem empreendidos para ajudar o continente a encontrar uma trajectória positiva” (...) O potencial existe mas para isto uma reestruturação importante das políticas económicas será indispensável.” (PNUD 1991, pág. 40).

Desta análise constata-se que apesar dos “ganhos consideráveis” no período de 1960-1990, é difícil avaliar, face às carências existentes, se o balanço é positivo. Em 1990 mantém-se uma situação geral de fraco desenvolvimento humano, em que os relativos progressos não alteraram a situação geral de subdesenvolvimento da região não melhorando as condições de vida das populações. Por outro lado os “avanços” referidos verificaram-se fundamentalmente nas décadas de 60 e 70, após as independências. É fundamentalmente neste período que se

verificam progressos em alguns indicadores do Desenvolvimento Humano nomeadamente: a esperança de vida e a taxa de alfabetização de adultos.

Relativamente à década de oitenta o Relatório do Desenvolvimento Humano de 1996 acrescenta: “a década de 80 é frequentemente referida como a “década perdida” para a África Subsaariana. Vários indicadores reflectem o declínio. O PNB per capita caiu cerca de 10% entre 1980 e 1990. Os preços reais a nível mundial para as exportações principais – chá, cacau, café e algodão – caíram cerca de 50%. O investimento de capital caiu mais de 50% em termos reais per capita e em 1989 o rácio da dívida no PNB da região atingiu 97%, de longe o mais elevado do mundo. Muitos países tentaram resolver a situação através de um ajustamento estrutural, que em muitos casos significou equilibrar a economia à custa do desequilíbrio da vida das pessoas. Entre 1980 e 1990 a esperança de vida aumentou 5 anos, de 46 para 51 anos, e a mortalidade infantil diminuiu cerca de um quinto de 121 por mil nados vivos para 97. Assim ainda que em condições seriamente adversas, foi possível alguma melhoria em desenvolvimento humano na África Subsaariana – ainda que esse progresso ficasse atrás do de outras regiões. Na África Subsaariana países como o Botswana, Cabo Verde, Lesotho, Maurício, e Suazilândia estavam em condições de gerar crescimento anual do PIB durante os anos 80. A acumular a tudo isto é nesta década que se acentuam os problemas da dívida. “Foram as duras realidades dos anos 80 que desencadearam a visão fatídica de África. O virar da década de 90 voltou a criar expectativas. Hoje em dia já é possível analisar o que se pode esperar das grandes tendências,” (Lopes C. 1997 , pág. 32).

Na evolução de 1990 a 1997 correspondente aos relatórios do PNUD publicados (1990-1999), pode destacar-se:

A situação da África medida pelas componentes do IDH (esperança de vida, taxa de alfabetização e rendimento), constata-se que os seus valores são extremamente baixos, traduzindo um fraco desenvolvimento nos sectores da saúde e educação e nível de rendimento. Em relação à evolução destes indicadores, a partir de meados da década de 80 verifica-se um retrocesso principalmente na saúde e rendimento: a esperança de vida baixou; o rendimento (a preços constantes de 87) diminuiu entre 1990 e 1997, e a taxa de crescimento do PNB per capita

é negativa. A taxa de alfabetização é o único indicador que efectivamente aumentou, apesar de em 1997 se situar em 58,5%, valor muito inferior ao dos PVD.

A evolução dos indicadores do desenvolvimento humano explicita a marginalização da região relativamente ao processo de desenvolvimento humano, na década de noventa, tanto a nível de crescimento como nos sectores sociais. Esta situação é confirmada se considerarmos outros indicadores: A região e os PVD em 1997 apresentavam respectivamente os seguintes indicadores: a população sem acesso a água potável e saneamento era de 50% e 56%; a taxa de mortalidade infantil dos menores de 5 anos, por 1000 nado-vivos era de 105 e 169; a taxa de escolaridade líquida no sector primário e secundário era respectivamente de 56,2% e 41,4%. O número de médicos e enfermeiros, por 100 000 habitantes em 1993 era respectivamente de 16 e 75. Paralelamente não se verificou uma alteração das estruturas económicas sociais e políticas que permitam prever um processo de desenvolvimento adaptado às condições locais, ou defender das condições da política económica internacional o que pode ser confirmado por alguns dados da evolução da estrutura de produção entre 1990 e 1997 a seguir apresentados:

Quadro 31: Estrutura sectorial da produção da África Subsaariana

Sectores	Valor acrescentado em % do PIB	
	1980	1997
Agricultura	22	25
Indústria	36	30
Serviços	42	45

Fonte: Banco Mundial 1988-98

Quadro 32: Estrutura económica da África Subsaariana

	1980	1997
PIB per capita (dólares)	-	500
Investimento bruto (% PIB)	23	18
Consumo interno bruto (%PIB)	23	18
Exportações (% PIB)	30	28
Balança de serviços (exp – imp)	+5.981	-16.847

Fonte: Banco Mundial 1988-98

Quadro 33: Valor acrescentado da África Subsaariana

	Taxa de crescimento anual médio (%)	
	1980-90	1990-97
PIB	1,7	2,1
Valor acrescentado da agricultura	1,7	4,6
Valor acrescentado da indústria	1,1	1,4
Valor acrescentado de serviços	2,4	2,4
Exportações de bens e serviços	2,2,	4,7

Fonte: Banco Mundial 1988-98

Da análise da evolução da ordenação dos países pelo valor do IDH, entre 1994 e 1998 (único período em que o IDH apresenta a mesma metodologia) constata-se o seguinte:

De acordo com o IDH de 1994 nenhum país da região se encontra na categoria de desenvolvimento humano elevado. Havia apenas seis países na categoria de desenvolvimento médio (Maurícias, Seychelles, Botswana, África do Sul, Gabão e Suazilândia) correspondendo 8,7% da população (44,4 milhões de habitantes). No nível de desenvolvimento baixo situavam-se 36 países correspondentes a 91,3% da população (465,5 milhões de habitantes). A situação correspondente do IDH de 1998 indicava o seguinte: no desenvolvimento médio situavam-se 11 países, correspondendo a 10,8% da população (59,9 milhões de habitantes). No desenvolvimento baixo situavam-se 31 países, correspondendo a 89,1% da população (490 milhões de habitantes).

Verifica-se que há um progresso no aumento do número de países que ascenderam ao desenvolvimento médio, mas o acréscimo da população no nível de desenvolvimento baixo, aumentou mais que no nível médio, isto é, o acréscimo da população dirigiu-se fundamentalmente para o desenvolvimento baixo. Medida pelo IDH esta evolução do desenvolvimento humano não corresponde a um progresso em relação ao valor global da população.

Por outro lado os países que em 94 e 98 se situavam no nível de desenvolvimento médio e baixo são praticamente os mesmos, sempre liderados pelas Maurícias, Seychelles e África do Sul. Em 1999 o desenvolvimento humano baixo (DHB) abrangia 35 países dos quais 25 pertenciam à África Subsaariana.

Em síntese pode-se concluir que na década de noventa a África Subsaariana globalmente não evoluiu positivamente no que se refere às condições económicas e sociais, nem alterou as dificuldades estruturais ao desenvolvimento humano.

No que se refere ao desenvolvimento humano, estes dados não reflectem a realidade total, que é pior do que os indicadores apontam. As estatísticas da educação não reflectem a fraqueza das infraestruturas, da falta de organização é de professores e a insuficiência orçamental para a manutenção da estrutura organizativa. No sector da saúde a situação é

semelhante. Por outro lado normalmente as estatísticas disponíveis nos países não correspondem à realidade local e encontram-se desactualizadas, não reflectindo as alterações provocadas pelos problemas sociais.

Os valores apresentados tornam evidente as causas normalmente enunciadas para justificar a crise da África Subsaariana: diminuição dos preços dos produtos primários, quebra das exportações, diminuição e baixo nível do investimento o peso da dívida externa. Tudo isto associado ao fracasso de políticas internas, algumas vezes influenciadas pelas relações externas (“imposições”) nomeadamente, as resultantes das políticas do ajustamento estrutural “cujo objectivo não resultou “em desenvolver o estado mas no reequilíbrio das contas” (BRUNELL 95, pág. 378) e, com os reflexos negativos no sectores sociais que se conhecem e foram reconhecidos mesmo pelo Banco Mundial. Acrescentando-se a dificuldade implementar as medidas previstas pelo B.M. e FMI., para estabelecer a ortodoxia financeira, estranha às condições e realidades locais.

Não cabe no âmbito deste trabalho fazer a análise desta crise e por outro lado tem sido exaustivamente apresentada com perspectivas diferentes, “as explicações e interpretações desta crise são múltiplas, mas os sintomas são de tal modo complexos que não é possível encontrar consensos quanto à solução da crise” (SINKAM, 1995, pág. 2). Apesar disto existem condicionalismos de carácter geral que se mantêm nas últimas décadas em resultado tanto das políticas internas como externas e por vezes da conjugação das duas. Em termos gerais as políticas de desenvolvimento na África Subsaariana não têm sido baseadas e adaptadas às condições e capacidades locais paralelamente à aplicação de “modelos” que não se adaptam aos problemas que se pretendem resolver; “os países em desenvolvimento, no seu conjunto apresentam um número de características económicas comuns que os distinguem dos países industrializados avançados e não se pode abordar o estudo das economias subdesenvolvidas, sem modificar profundamente sobre um certo número de relações, os dados da análise económica tradicional, centrada nos países industrializados (HIRCHMAN, 1984, pág. 45)

4.2 AJUDA E DESENVOLVIMENTO

Em relação à Ajuda Pública ao Desenvolvimento no conjunto dos PVD, a África Subsaariana é a região maior beneficiária, em percentagem da ajuda total. No que se refere aos fluxos globais que se dirigem para os PVD a África Subsaariana, apresenta uma situação particular, diversa da evolução recente da estrutura dos fluxos globais recebidos pelos beneficiários (predominância dos fluxos privados), mantendo a mesma estrutura de fluxos, em que estes são constituídos fundamentalmente por APD, na sua maior parte donativos.

Globalmente a África Subsaariana recebeu entre 1990 e 1997, segundo as estatísticas da OCDE, 140.585 milhões de dólares, correspondendo a uma média anual de cerca de 20.000 milhões de dólares de fluxos financeiros líquidos, dos quais 127.000 milhões de dólares de fluxos oficiais e 12.800 milhões de dólares de meios privados, estes dirigidos a um reduzido número de países. A APD no mesmo período atingiu o valor de 123.000 milhões de dólares, 17.500 milhões de dólares de média anual, correspondente a 96,6% da ajuda oficial. Sendo constituída na sua maior parte por donativos de origem bilateral. A APD líquida per capita, é de cerca de 26 dólares em 1996, correspondendo a cerca de 5% do PIB da África Subsaariana. A distribuição pelos países é heterogénea tanto em termos da percentagem do PIB como do valor per capita.

A assistência internacional tem uma forte participação no “financiamento ao desenvolvimento” nesta região, apesar do seu valor ter vindo a diminuir a partir de meados da década, fundamentalmente devido à diminuição dos fluxos bilaterais. Os países do CAD têm vindo a reduzir a sua contribuição orçamental para a ajuda, em percentagem do PNB.

A situação da ajuda à África Subsaariana corresponde à de uma região com fraco desenvolvimento, que não tem capacidade para se financiar em condições de mercado, e por outro lado, obtém uma ajuda relativamente elevada da cooperação internacional para fazer face aos seus problemas de desenvolvimento. Correspondendo assim à caracterização equivalente à que o índice de desenvolvimento indica: baixo nível de desenvolvimento, marginalização da região relativamente aos processos de desenvolvimento humano. Além do fraco

desenvolvimento a região mantém, a dependência da ajuda externa, com um nível de investimento interno e de IDE.

Confrontando a ajuda com a evolução do desenvolvimento humano da África Subsaariana em geral, pode-se constatar, que apesar do volume da ajuda se manter relativamente constante esta não influenciou a situação do desenvolvimento na década de noventa, mesmo considerando um “time lag” em relação ao período analisado confirma-se a mesma conclusão, pois a dimensão da ajuda e a sua estrutura mantêm-se desde 1987.

Paralelamente a ajuda não contribuiu para a melhoria dos sectores sociais, estes regrediram durante o período analisado, sobretudo o sector da saúde apesar da maior percentagem da ajuda se dirigir para infra-estruturas sociais. Os fluxos financeiros recebidos são “marginais” relativamente à influência no IDE e ao comércio internacional. O sector produtivo mantém a mesma estrutura nas últimas décadas, os valores do investimento, do consumo e das exportações (em percentagem do PIB) são todos mais baixos em 1997 do que em 1980.

O Modelo econométrico estimado indica que a relação entre a APD e IDH é negativa confirmando as conclusões que se obtiveram a partir da interpretação das estatísticas de base.

4.3 CONCLUSÕES

A perspectiva do desenvolvimento humano e o IDH apresentam-se como “medida” alternativa do desenvolvimento, completando o PNB e alargando a análise do processo de desenvolvimento, afastando-se das concepções tradicionais que confundem crescimento com desenvolvimento. O IDH completado com as outras variáveis analisadas nos Relatório do desenvolvimento humano, permite uma “avaliação” do desenvolvimento baseando-se no crescimento da riqueza e variáveis sociais e num sentido mais amplo abrange a “crítica” e propõe a intervenção da política económica para orientar o crescimento na direcção do desenvolvimento.

A APD nesta perspectiva de desenvolvimento, é avaliada pelo seu contributo para o desenvolvimento dos países beneficiários e da orientação da política de ajuda nesse sentido. Por esta razão o PNUD propõe um novo sistema de registo de ajuda que permita avaliar a orientação

desta para os sectores prioritários do Desenvolvimento Humano e do perfil dos doadores e receptores para avaliação dos contributos e dos efeitos no desenvolvimento nos países beneficiários.

A situação actual do desenvolvimento humano da África Subsaariana evidencia o atraso da região e o desvio relativamente ao grupo dos países ditos em desenvolvimento em que se insere. No período de 1990 a 1997 o desenvolvimento humano da região reflecte uma tendência de estagnação, mantendo-se no nível de desenvolvimento baixo e marginal ao progresso médio dos PVD. Numa perspectiva global os países mais pobres na escala do IDH são da África Subsaariana e a região regrediu, nomeadamente no valor do produto *per capita* e da esperança de vida; no sector da educação parece estagnar após um período de melhoria progressiva.

Por outro lado a região não acompanhou a tendência da política económica internacional e dos efeitos da “globalização”. Esta tendência reforçou o baixo nível de desenvolvimento humano, marginalizando a região das áreas mais dinâmicas do crescimento. Enquanto outras regiões em desenvolvimento fizeram progressos a África Subsaariana “não participa da integração e das mudanças de ordem política e económica mundial, mas antes sofre a consequências de um processo desigual e desequilibrado que marginaliza países e regiões mais pobres. Apesar disto a região está integrada no comércio internacional (o rácio exportações / PIB é de 29% em 1990), “a aparente integração da região é realmente uma vulnerabilidade dos caprichos dos mercados de bens primários”(…) “os acordos multilaterais estão a limitar os governos nacionais e a constranger as escolhas políticas”. Por outro lado o “hiato” de desenvolvimento entre países mais pobres e mais ricos tem continuado a aumentar, a região apresenta um rendimento per capita mais baixo em 1997 que em 1970, (PNUD, 1999, pág. 31 a 35) entre 1975 e 1997 o desvio do PIB para os países com DHE aumentou de 17 para 32 vezes. A dívida externa continua a ser um fardo pesado. Os países mais atingidos em relação à dívida dos PVD (2,2 biliões de dólares em 1997) são os 41 países pobres (HIPC) 33 dos quais são da África Subsaariana. A crise actual da dívida é relativa à dívida pública (FMI e BM). (PNUD 1999).

Paralelamente à evolução do IDH acabada de referir, a África Subsaariana recebeu a maior quota de APD, apesar de representar 13% da população das regiões em desenvolvimento, embora a diminuir desde 1995. A estrutura dos fluxos globais manteve-se, sendo constituída predominantemente por fluxos oficiais, maioritariamente APD bilateral. A estrutura dos fluxos financeiros dos PVD no mesmo período tiveram uma evolução diversa, sendo constituídos maioritariamente por fluxos privados.

Comparando a evolução da ajuda com o desenvolvimento humano da África Subsaariana, constata-se que apesar do volume da APD relativamente elevado esta não influenciou a situação do desenvolvimento na década de noventa: os valores do investimento, do consumo e das exportações (em percentagem do PIB) são mais baixos em 1997 que em 1980. Esta comparação permite afirmar que a ajuda por si só não têm efeitos de consolidação das estruturas económicas e sociais nem da melhoria das condições de vida da população. “O desenvolvimento não se atinge pela ajuda, mas sim através de outros factores inerentes ao próprio país em desenvolvimento (Oppenheimer – 1990). A experiência das políticas de ajuda não demonstrou que esta seja dirigida ao desbloqueamento dos problemas dos países em desenvolvimento e portanto não tem tido uma orientação específica para o desenvolvimento. A ajuda bilateral é orientada pelos interesses geo-estratégicos dos doadores. Os objectivos propostos da política económica e financeira conjugados com as condicionalidades (PAE), muitas vezes não são atingidos, e condicionam a ajuda de outros doadores originando as condicionalidades ligadas. A ajuda por objectivos alterou-se, não existindo uma conjugação de ajuda financeira e técnica que potencialize os montantes cedidos.

“A ajuda internacional não está concentrada em áreas prioritárias do desenvolvimento humano. Os doadores bilaterais só canalizam 7% desse auxílio para áreas prioritárias como: educação básica, cuidados de saúde, água potável e áreas rurais...” “...os países doadores acreditam por exemplo que a ajuda devia auxiliar a reduzir a pobreza, promover o desenvolvimento humano (...), mas os seus programas não parecem estar ligados a estes objectivos. Grande parte da afectação da ajuda é dirigida aos países em vez de ser dirigida a estes objectivos. Os doadores enviam 1/3 da ajuda ao desenvolvimento para os dez países mais

populosos que representam 2/3 dos pobres do mundo. Com esta distorção os 40% mais ricos dos PVD recebem o dobro da ajuda internacional per capita dos 40% mais pobres. (PNUD, 1994, pág. 73).

Verificam-se também condicionantes institucionais e organizacionais na aplicação da ajuda pelos países receptores, em resultado por exemplo da dispersão de projectos e da falta de coordenação das instituições locais. A Apropriação pelos Governos das orientações dos doadores com o objectivo de “obter” ajuda e as dificuldades orçamentais para fazer face a custos de funcionamento. Tudo isto origina dificuldades para garantir a execução e o controle dos projectos principalmente em instituições onde o seu número excessivo substitui a actividade da própria instituição. A agravar a esta situação verifica-se uma diminuição dos montantes da ajuda em resultado da diminuição das dotações orçamentais dos países do CAD, com base na justificação da “constatação da ineficácia da ajuda” (OCDE 1998). As flutuações dos montantes de ajuda não têm a ver com a evolução do desenvolvimento mas com questões de políticas externa de doadores e beneficiários. A região continua dependente da ajuda por ser predominante nos fluxos totais mas, na fase do desenvolvimento actual esta continua a ser insuficiente.

Os países beneficiários da África Subsaariana reconhecem que o montante da ajuda externa não pode substituir as políticas internas para desenvolvimento (PNUD 1994). O atraso do desenvolvimento humano na África Subsaariana resulta de uma multiplicidade de bloqueios políticos, económicos e sociais. O sucesso do desenvolvimento depende mais das estruturas e políticas internas do próprio país em desenvolvimento, do que da política internacional dominado por interesses não coincidentes com os do desenvolvimento destes países. As políticas de desenvolvimento até agora utilizadas não tiveram em consideração o contexto socio-cultural da região. Questão amplamente abordada por vários autores em que se evidencia a dinâmica do desenvolvimento e das suas determinantes, constituindo actualmente uma questão consensual, que o bloqueamento do desenvolvimento africano resulta em parte desse facto. Não existe contudo consenso quanto às medidas políticas e sociais que são importantes para o desenvolvimento.

As tendências do IDH mostram também que a velocidade do progresso humano é desigual. Os países podem partir de níveis semelhantes de desenvolvimento humano mas avançarem em velocidades diferentes. O progresso é frequentemente determinado pelas medidas políticas que os países tomam para melhorar o bem estar das suas populações (PNUD, 1999, pág. 130), as quais se juntam às condicionantes da política económica internacional.

“Os países de baixo desenvolvimento humano têm de modernizar as suas políticas sociais e económicas internas, com prioridades mais fortes para o desenvolvimento humano, crescimento económico e redução da pobreza. E a maioria também vai precisar de um novo nível de compromisso internacional para o alívio da dívida, mais ajuda financeira e melhor direccionada.” PNUD (1996, pág. 9)

BIBLIOGRAFIA

LIVROS E MONOGRAFIAS

- AFONSO, MARIA MANUELA (1995) . *Cooperação para o Desenvolvimento, Características, evolução e perspetivas futuras* (Ed. CIDAC)
- AMAVILAH, V.H. (1998) – German aid and trade versus Namibian GDP and Labour productivity, *Applied Economics*, 30: 689 – 695.
- ASSIDON, ELSA (1992) – *Les théories économiques du développement* Ed. La Découverte, Paris.
- BANCO MUNDIAL, A. (1998) – *Assessing aid: what works, what, doesn't and why*, www.worldbank.org/research/aid : 121-125.
- BARRO, R.J. (1991), Economic growth in a cross section of countries, *Quarterly Journal of Economics*. 106, 407-443.
- BIGSTEN, A. (1998), *Can aid generate growth in Africa?* www.swopec.hhs.se/gunwpe/1998.htm.
- BONNE, P. (1996) Politics and the effectiveness of foreign aid, *European Economic Review*, 40 : 289-329.
- BURSIDE, C. E DOLLAR, D. (1997), *Aid Policies and Growth*, Policy research working paper, No 17777, World Bank , Washington D.C.
- BHAGWATI, JAGDISH N.; BRECHER, R.A. and HATTA, TATSUO (1983) - The Generalized Theory of Transfers and Welfare: Bilateral Transfers in a Multilateral World - *American Economic Review*, September 73(4): 606-618
- BRUNEL, SYLVIE (1995), *Le sud dans la nouvelle économie mondiale* Paris: Presse Universitaire de France.
- CASSEN R. ET AL (1994), *Does aid work?* , Oxford : Clarendon Press.

- DORIYE J., WHITE, H. e WUYTS, M (1998) Tanzania, in: H. Whithe (ed.) *Aid and macroeconomic performance. Theory, empirical evidence and four country cases*, London:Macmilac.
- EDSTRAND T. WHITE ,H. (1998); Zambia, in: *Aid and macroeconomic performance. Theory, empirical evidence and four country cases*, London:Macmilac.
- FERNANDEZ, LAETITIA – *DesTiers Mondes*, Hatier Paris août 1993
- FRIEDMAN J – Empowerment, *Uma política de desenvolvimento alternativo*. Celta Editora, Oeiras 1996.
- GONIDEC, PIERRE-FRANÇOIS (1996) – *Relations Internationales Africaines* , EJA PARIS.
- GRIFING, K (1970) – Foreign Capital, Domestic savings and economic development, *Oxford Bulletin of Economics and Statistics*, 32 February , : 99-112.
- HELLER, P.S. (1975), A model of public fiscal behavior in developing countries: aid, investment, and taxation, *The American Economic Review*, Vol 65, no. 3 June, : 429-445.
- HIRSCHMAN, ALBERT O., *L'économie comme science morale et politique* Hautes Études, Gallimard le Seuil , editions du Seuil, mai 1984.
- ISLAM, A. (1992) Foreign aid and economic growth : and econometric study of Bangladesh, *Applied Economics*., 24 : 541-544.
- JOHNSON, HARRY G. (1967) - The Possibility of Income Losses from Increased Efficiency or Factor Accumulation in the Presence of Tariffs. *Economic Journal* , 77(305): 151-54
- LEE, W. e LEE, T.H. (1995) – Human Capital and Economic Growth Tests Based on the Internacional Evaluacion of Educational Achievement. *Economics letters*, 47 (2): 219 – 255.
- LEVY V. (1987) Does concessionary aid lead to higher investment rates in low income countries? *The Review of Economics and Statistics*, 69 : 152-156.
- LEVINNE, R. e S.J. ZERVOS, (1993), what we have learned about policy and growth from cross-country regressions, *American Economic Review Proceedings* 83, 426-430

- LEVY V. (1998) Aid an growth in Sub-Saharan África. The recent experience ,*European Economic Review*, 32 : 1777-1795.
- LOPES, CARLOS (1997) – *Compasso de espera – O Fundamental e o Acessório na crise africana*. Ed. Afrontamento.
- MOSLEY, P. ; HUDSON, J. e HORREL, S. (1987) – Aid, the public sector and the market in less developed countries. *Economic Journal* , September, 97 (387) : 616-641.
- ORFEUIL, M. ROUILLE (1997) – *Le Tiers Monde* Ed. La Découverte, Paris.
- OPPENHEIMER, JOCHEN (1990) – Portugal e a Cooperação Internacional, uma análise da ajuda recebida, Lisboa. Mimeo.
- SALAMA PIERRE E POULIN RICHARD – *L' insoutenable misère du monde* – Économie et sociologie de la pauvreté Edition vents d'ouest inc. Canadá.
- SINKAM – SAMUEL,C.NANA (1995) – *Assistance à L' Afrique* – Ed. Económica, Paris.
- SPARKS, DONALD L. (1996) – *Economic Trends in Africa South of Sahara* – Ed. Europa Publications Edition 11 a 17.
- SRINIVASAN, T.N. (1994) – *Data base for development analysis: an over view*. Analysis journal of Development 44, 3-27.
- RASHEED SADIG AND CHOLE ESHETU (1994)– *Human Development: An African Perspective* Occasional Paper,.
- RIST, GILBERT (1996) – *Le Développement – Histoire d'une croyance occidentale* (Ed.) Presses de Sciences Po
- INSTITUTE FRANCAIS DES RELATIONS INTERNACIONAL – *Synthèse annuele de l'evolution du monde* (RAMSES 98). Ed. Dunod , 1997 Paris.
- WORLD BANK (1993, 1996, 1998) – *African development indicators*
- YANO, M. e NUGENT, J.B. (1999) – Aid, Nontraded Goods, and The Transfer Paradox in Small Countries . *The American Economic Review*, June : 431- 449

PUBLICAÇÕES OFICIAIS / OUTRAS ORGANIZAÇÕES:

- BANCO MUNDIAL (1998/99) – *Rapport sur le développement dans le monde*, Ed. ESKA
- OCDE (1993, 1996, 1997, 1998) – *Geographical distribution of financial flows to developing countries.*
- OCDE (1997, 1998) – *Cooperation pour le Développement du Comité d'aide au developpement.*
- PNUD (1990, 1991, 1992, 1993, 1997) – *Rapport Mondial sur le Développement humain.*
Ed. Economica, Paris.
- PNUD (1994, 1995, 1996, 1998, 1999) – *Relatório Mundial sobre o Desenvolvimento Humano.* Ed. Tricontinental Editora, LISBOA

ANEXOS

*

*

*

Anexo 1: Formula de Cálculo do IDH de 1999

Nova técnica de cálculo dos Índices

O Índice de desenvolvimento humano

O IDH baseia-se em três indicadores: longevidade, medida pela esperança de vida à nascença; nível educacional, medido por uma combinação da alfabetização adulta (ponderação de dois-terços) com taxa de escolaridade combinada do primário, secundário e superior (ponderação de um-terço); e nível de vida, medido pelo PIB real *per capita* (dólares PPC).

Valores mínimos e máximos fixos

Para a construção do índice, foram estabelecidos valores mínimos e máximos fixos para cada um dos indicadores seguintes:

- Esperança de vida à nascença : 25 anos e 85 anos.
- Alfabetização adulta: 0 % e 100 %.
- Taxa de escolaridade combinada: 0% e 100 %.
- PIB real *per capita* (dólares PPC): 100 e 400.000 dólares (PPC).

Para qualquer componente do IDH, podem ser calculados índices individuais de acordo com a fórmula geral:

$$\text{Índice} = \frac{\text{Valor } x_i \text{ actual} - \text{Valor } x_i \text{ mínimo}}{\text{Valor } x_i \text{ máximo} - \text{Valor } x_i \text{ mínimo}}$$

Se por exemplo, a esperança de vida à nascença num país fosse de 65 anos então, o índice da esperança de vida para este país seria:

$$\text{Índice de esperança de vida} = \frac{65 - 25}{85 - 25} = \frac{40}{60} = 0,667$$

Tratamento do rendimento

A construção do índice de rendimento é pouco mais complexa. Ao longo dos anos, o *Relatório de Desenvolvimento Humano* utilizou uma fórmula particular para essa construção, explicada abaixo. Este ano, foi feita uma revisão completa do tratamento do rendimento, com base no trabalho de Anand e Sen (1999).

O rendimento entra no IDH como substituto para todas as dimensões do desenvolvimento humano não reflectidas numa vida longa e saudável e no conhecimento – em poucas palavras, é um substituto para um nível de vida digno. A abordagem fundamental no tratamento do rendimento foi guiada pelo facto de que a realização de um nível aceitável de desenvolvimento humano não requer rendimento ilimitado. Para reflectir este facto, o rendimento foi sempre descontado no cálculo do IDH. A questão é como deve ser descontado e em que nível?

Nos anos anteriores, a prática foi descontar o rendimento acima do nível limiar do rendimento médio mundial, utilizando a fórmula seguinte:

$$\begin{aligned} W(y) &= y^* \text{ para } 0 < y < y^* \\ &= y^* + 2[(y - y^*)^{1/2}] \text{ para } y^* < y < 2y^* \\ &= y^* + 2(y^*)^{1/2} + 3[(y - 2y^*)^{1/3}] \text{ para } 2y^* < y < 3y^* \end{aligned}$$

onde y é o rendimento *per capita* actual em dólares PPC e y^* é o rendimento *per capita* limiar (dólares PPC) ao nível

do rendimento médio mundial do ano para o qual o IDH é construído. O rendimento médio mundial foi tomado como o

rendimento limiar da base de que cada pessoa deveria ter o rendimento que o mundo, em média, usufrui.

Para calcular o valor descontado do rendimento máximo de 40.000 dólares (PPC), utilizava-se a seguinte fórmula:

$$W(y) = y^* + 2(y^*)^{1/2} + 3(y^*)^{1/3} + 4(y^*)^{1/4} + 5(y^*)^{1/5} + 6(y^*)^{1/6} + 7[(40.000 - 6y^*)^{1/7}]$$

Isto porque 40.000 dólares (PPC) está entre $6y^*$ e $7y^*$. Com a fórmula anterior, o valor descontado do rendimento máximo de 40.000 dólares (PPC) é de 6.331 dólares (PPC). O problema principal com esta fórmula é que ela desconta o rendimento excede o valor limiar. Ela reduz os 34.000 dólares (PPC) entre o limiar e o nível máximo do rendimento para apenas 321 dólares (PPC). Em muitos casos, o rendimento perde a sua importância como substituto para todas as outras dimensões do desenvolvimento humano que não uma vida longa e saudável e o conhecimento.

Este ano, o aperfeiçoamento do rendimento tenta rectificar este problema, utilizando uma base analítica mais sólida para a metodologia. A fundamentação lógica e a fórmula adoptada no aperfeiçoamento são discutidas em pormenor por Anand e Sen (1999). Para resumir, na construção do IDH deste ano o rendimento é tratado usando a fórmula seguinte:

$$W(y) = \frac{\log y - \log y_{\min}}{\log y_{\max} - \log y_{\min}}$$

Esta fórmula tem várias vantagens. Em primeiro lugar, não desconta o rendimento tão intensamente como a fórmula utilizada anteriormente (figura NT1). Em segundo lugar, desconta todo o rendimento e não apenas o rendimento acima de um certo nível. Em terceiro lugar como mostra a figura, a assíntota começa muito cedo, pelo que os países de rendimento médio não são penalizados indevidamente; além disso, como o rendimento cresce mais nesses países, o seu rendimento crescente continuará a ser reconhecido como um meio potencial para maior desenvolvimento humano.

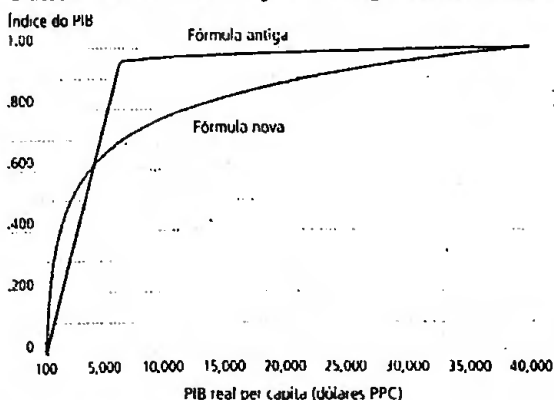
Ilustração da metodologia do IDH

A construção do IDH é ilustrada com dois exemplos – Alemanha e China, um país industrializado e outro em desenvolvimento.

País	Esperança de vida (anos)	Taxa de Alfabetização De adubos	Taxa de Escolaridade bruta	PIB real Per capita
Alemanha	77,2	99,0	88,1	21.260
China	69,8	82,9	68,9	3.130

FIGURA NT1

O desconto do rendimento segundo a antiga e a nova fórmulas



Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

Anexo 2 – Índice de Desenvolvimento Humano África Subsaariana 1994

Relatório 94			IDH	APD Em % do PNB	População Estimada (milhões)	População Urbana % do total
#	Referência	Países		92	92	92
1	60	Maurício	0,778	0,017	1,1	41
2	83	Seychelles	0,685	0,054	0,1	Nd
3	87	Botswana	0,67	0,034	1,3	27
4	93	África do Sul	0,65	nd	39,9	50
5	114	Gabão	0,525	0,015	1,2	47
6	117	Suazilândia	0,513	0,059	0,8	28
		Subtotal 1 (médio).....			44,4	
7	120	Lesoto	0,476	0,133	1,8	21
8	121	Zimbabwe	0,474	0,415	0,6	30
9	122	Cabo Verde	0,474	0,415	0,4	30
10	123	Congo	0,461	0,043	2,4	42
11	124	Camarões	0,447	0,07	12,2	42
12	125	Quênia	0,434	0,091	25,3	25
13	127	Namíbia	0,425	0,062	1,5	29
14	128	S. Tomé	0,409	0,133	0,1	26
15	131	Madagáscar	0,396	0,133	12,9	25
16	134	Gana	0,382	0,098	16	35
17	136	Costa do Marfim	0,37	0,085	12,9	42
18	138	Zâmbia	0,352	0,299	8,6	42
19	139	Nigéria	0,348	0,008	115,9	37
20	140	Zaire	0,341	0,033	40	29
21	141	Comores	0,331	0,164	0,6	29
22	143	Senegal	0,322	0,121	7,8	41
23	145	Togo	0,311	0,145	3,8	29
24	148	Tanzânia	0,306	0,482	27,9	22
25	150	Guiné Equatorial	0,276	0,514	0,4	29
26	152	Burundi	0,276	0,258	5,8	6
27	153	Ruanda	0,274	0,226	7,5	6
28	154	Uganda	0,272	0,226	18,7	12
29	155	Angola	0,271	nd	9,9	27
30	156	Benin	0,261	0,144	4,9	40
31	157	Malawi	0,26	0,221	10,3	12
32	159	Moçambique	0,252	1,156	15,1	30
33	160	Rep. Centro-Africana	0,249	0,144	3,2	48
34	161	Etiópia	0,249	0,204	53,1	13
35	164	Guiné-Bissau	0,224	0,59	1	20
36	166	Gâmbia	0,215	0,355	0,9	24
37	167	Mali	0,214	0,159	9,8	25
38	168	Chade	0,212	0,201	5,9	34
39	169	Niger	0,209	0,146	8,3	19
40	170	Serra Leoa	0,209	0,145	4,4	31
41	172	Burkina Faso	0,203	0,161	9,5	17
42	173	Guiné- Conakry	0,191	0,164	6,1	27
		Subtotal 2 (fracos).....			465,5	
		Total			509,9	
		Total de 173				
Países em desenvolvimento					4 240 T	35,00%
África Subsaariana					560 T	29,00%
Mundo					5 450 T	44,00%

Fonte: PNUD 1994

Anexo 3 – Ajuda Pública ao Desenvolvimento – África Subsaariana 1987 a 1997

Países	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	TOTAL	%
África do Sul	0	0	0	0	0	0	275	294	384	361	497	1.811	1,14
Angola	136	159	171	269	280	351	300	451	423	544	436	3.520	2,21
Benin	90	134	159	269	268	270	258	753	276	293	225	2.995	1,88
Botswana	106	156	151	160	148	113	112	89	92	81	125	1.333	0,84
Burkina Faso	277	294	270	335	424	444	426	435	483	418	370	4.176	2,62
Burundi	198	202	207	265	259	316	276	310	288	204	119	2.644	1,66
Cabo Verde	89	88	88	110	106	120	116	118	111	120	110	1.176	0,74
Camarões	204	276	453	447	519	727	643	731	444	413	501	5.358	3,37
Chade	205	263	256	316	266	248	230	215	237	305	225	2.766	1,74
Comores	54	52	54	46	65	48	51	40	43	40	28	521	0,33
Congo	149	87	91	218	134	115	133	362	125	430	268	2.112	1,33
Costa do Marfim	241	425	396	689	633	763	840	1.594	1.200	968	444	8.193	5,15
Etiópia	627	963	749	1.020	1.097	1.301	1.209	1.070	876	849	637	10.398	6,54
Gabão	83	106	133	132	143	69	102	182	143	127	40	1.260	0,79
Gâmbia	105	85	100	100	103	116	96	70	46	38	40	899	0,57
Gana	413	577	718	563	882	626	624	546	444	654	493	6.540	4,11
Guiné-Conakry	222	257	365	296	382	463	420	360	392	295	382	3.834	2,41
Guiné Equatorial	53	48	57	62	63	63	51	30	33	31	24	515	0,32
Guiné-Bissau	113	103	117	130	115	107	98	177	119	180	125	1.384	0,87
Lesoto	106	111	137	143	126	142	132	117	114	107	93	1.328	0,83
Madagáscar	332	298	349	399	456	359	369	289	301	364	838	4.354	2,74
Malawi	277	375	433	505	525	573	504	470	429	501	350	4.942	3,11
Mali	360	436	451	487	458	439	362	442	542	505	455	4.937	3,10
Maurício	63	57	60	89	68	47	39	14	23	20	42	522	0,33
Moçambique	667	918	820	1.007	1.070	1.393	1.155	1.231	1.102	923	963	11.249	7,07
Namíbia	17	23	59	123	184	140	166	138	188	189	166	1.393	0,88
Niger	363	379	305	398	377	362	334	376	268	259	341	3.762	2,36
Nigéria	69	120	345	250	363	265	206	190	208	192	202	2.410	1,51
Quênia	560	836	1.064	1.187	921	780	929	676	707	606	457	8.723	5,48
Rep. Centro-Africana	180	205	189	251	175	179	180	166	161	167	92	1.945	1,22
Ruanda	242	249	230	293	364	354	394	713	711	674	592	4.816	3,03
S. Tomé	17	25	45	55	52	57	48	51	78	47	34	509	0,32
Senegal	666	601	710	823	639	643	496	644	663	582	427	6.894	4,33
Serra Leoa	67	102	100	63	105	134	192	276	205	195	130	1.569	0,99
Seychelles	24	21	20	36	23	20	10	13	13	19	15	214	0,13
Suazilândia	44	37	28	55	54	49	56	56	54	31	27	491	0,31
Tanzania	900	1.016	918	1.174	1.081	1.344	978	968	875	894	963	11.111	6,98
Togo	122	206	200	261	202	225	125	126	188	166	124	1.945	1,22
Uganda	300	397	452	671	667	718	707	753	805	684	840	6.994	4,40
Zaire	675	553	731	898	476	269	191	245	189	167	168	4.562	2,87
Zâmbia	426	478	374	481	883	1016	811	719	2029	614	618	8.449	5,31
Zimbabwe	294	273	265	340	393	792	428	561	490	374	327	4.537	2,85
TOTAL	10.136	11.991	12.820	15.416	15.549	16.560	15.072	17.061	16.502	14.631	13.353	159.091	100

Fonte: Banco Mundial.

Anexo 4 - Países e territórios em desenvolvimento – (Ajuda Pública ao Desenvolvimento)

PMA	Outros PFR (PNB por habitante < 765 dólares).	PRITI (PNB por habitante 766 – 3.035 dólares em 1995).		PRITIS (PNB por habitante 3.036 – 9.385 dólares em 1995).
Afeganistão Angola Bangladesh Benin Bhoutan Burkina Faso Burundi Camboja Cabo Verde Rep. Centro-Africana Comores Congo Djibouti Eritreia Etiópia Gâmbia Guiné- Conakry Guiné-Bissau Guiné-Equatorial Haiti Kiribati Laos Lesoto Libéria Madagáscar Malawi Maldivas Mali Mauritania Moçambique Myanmar Nepál Níger Uganda Ruanda Ilhas Salomão Samoa Ocidental S. Tomé e Príncipe Serra Leoa Somália Sudão Tanzânia Chade Tuvalu Togo Tuvalu Vanuatu Yémen Zâmbia	Albânia Arménia Azerbaijão Bósnia Herzegovina Camarões China Congo Costa do Marfim Georgia Gana Guyana Honduras Inde Kenya República Kirghize Mongólia Nicarágua Nigéria Paquistão Senegal Sri Lanka Tadjikistan Viet-nam Zimbabwe	Argélia Belize Bolívia Botswana Colômbia R. D. Coreia Costa Rica Cuba R. Dominicana Dominique Egipto El Salvador Equador Fidji Granada Guatemala Indonésia Iraque Irão Jamaica Jordânia Kasaquistão Líbano Macedónia Marrocos Ilhas Marshal E.F. Micronésios Moldova Namíbia Niue	Uzbequistão Ilhas Palaos Panamá P. Nova Guiné Paraguai Peru Filipinas S.V. Granadinas Suriname Suazilândia Síria Tailândia Timor Toquelau Tonga Tunísia Turmequistão Turquia Venezuela Jugoslávia R.F.	Africa do Sul Brasil Chile Ilhas Cook Croácia Gabão Malásia Maurícias Mayotte México Nauru S. Lúcia T. Tobago Uruguai

Fonte: OCDE 1998



Anexo 5 – Índice de Desenvolvimento Humano 1999

#	referência	Relatório 99	IDH	PIB real por hab. Ajustado \$US	Esperança de vida à nascença (anos)	Taxa de alfabetização %	Taxa de escolaridade 1º, 2º, 3º niv. %
			99	97	97	97	97
1	59	Maurício	0,794	3910	71,4	0,83	0,63
2	66	Seychelles	0,755	8171	71	0,84	0,61
3	101	África do Sul	0,695	7380	54,7	0,84	0,93
4	106	Cabo Verde	0,677	2990	68,9	0,71	0,77
5	113	Suazilândia	0,644	3350	60,2	0,775	0,73
6	115	Namíbia	0,638	5010	52,4	0,798	0,82
7	122	Botswana	0,609	7690	47,4	0,744	0,7
8	123	S. Tomé	0,609	1851	64	0,75	0,57
9	124	Gabão	0,607	7550	52,4	0,662	60
10	127	Lesoto	0,582	1860	56	0,823	0,58
11	130	Zimbabwe	0,56	2350	44,1	0,909	0,68
12	131	Guiné Equatorial	0,549	1817	50	0,799	0,64
13	133	Gana	0,544	1640	60	0,664	0,42
14	134	Camarões	0,536	1840	54,7	0,717	0,43
15	135	Congo	0,533	1620	48,6	0,769	0,68
16	136	Quênia	0,519	1190	52	0,793	0,5
17	139	Comores	0,506	1530	58,8	0,554	0,39
18	141	Zaire (rep.Congo)	0,479	880	50,8	0,77	0,39
19	143	Togo	0,469	1490	48,8	0,532	0,61
20	146	Nigéria	0,456	920	50,1	0,595	0,54
21	147	Madagáscar	0,453	930	57,5	0,47	0,39
22	151	Zâmbia	0,431	920	40,1	0,751	0,49
23	153	Senegal	0,426	1730	52,3	0,346	0,35
24	154	Costa do Marfim	0,422	1840	46,7	0,426	0,4
25	155	Benin	0,421	1270	53,4	0,339	0,42
26	156	Tanzania	0,421	580	47,9	0,716	0,33
27	158	Uganda	0,404	1160	39,6	0,64	0,4
28	159	Malawi	0,399	710	39,3	0,577	0,75
29	160	Angola	0,398	1430	46,5	0,45	0,27
30	161	Guiné- Conakry	0,398	1880	46,5	0,379	0,28
31	162	Chade	0,393	970	47,2	0,503	0,29
32	163	Gâmbia	0,391	1470	47	0,331	0,41
33	164	Ruanda	0,379	660	40,5	0,63	0,43
34	165	Rep. Centro-Africana	0,378	1330	44,9	0,424	0,26
35	166	Mali	0,375	740	53,3	0,355	0,25
36	168	Guiné-Bissau	0,343	861	45	0,336	0,34
37	169	Moçambique	0,341	740	45,2	0,405	0,25
38	170	Burundi	0,324	630	42,4	0,446	0,23
39	171	Burkina Faso	0,304	1010	44,4	0,207	0,26
40	172	Etiópia	0,298	510	43,3	0,354	0,24
41	173	Níger	0,298	850	48,5	0,143	0,15
42	174	Serra Leoa	0,254	410	37,2	0,333	0,3

Fonte: PNUD - 1999

Anexo 6 – Índice de Desenvolvimento Humano 1998

			IDH	PIB Ajustado \$	Esper. de vida (anos)	Taxa de alfab.	Taxa Escolar.
# referência	Relatório 98	98	95	95	95	95	95
1	56	Seychelles	0,845	7697	72	0,88	0,61
2	61	Maurício	0,833	13294	70,9	0,829	0,61
3	89	África do Sul	0,717	4334	64,1	0,818	0,81
4	97	Botswana	0,678	5611	51,7	0,698	0,71
5	107	Namíbia	0,644	4054	55,8	0,76	0,83
6	115	Suazilândia	0,597	2954	58,8	0,767	0,77
7	117	Cabo Verde	0,591	2612	65,7	0,716	0,64
8	120	Gabão	0,568	3776	54,5	0,632	0,6
9	121	S. Tomé	0,563	1744	69	0,75	0,57
10	128	Congo	0,519	2554	51,2	0,749	0,68
11	130	Zimbabwe	0,507	2135	48,9	0,851	0,69
12	132	Camarões	0,481	2355	55,3	0,634	0,45
13	133	Gana	0,473	2032	57	0,645	0,44
14	134	Lesoto	0,469	1290	58,1	0,713	0,56
15	135	Guiné Equatorial	0,465	1712	49	0,785	0,64
16	137	Quênia	0,463	1438	53,8	0,78	0,52
17	141	Comores	0,411	1411	56,5	0,573	0,39
18	142	Nigéria	0,391	1270	51,4	0,571	0,49
19	143	Zaire (rep.Congo)	0,383	355	52,4	0,773	0,41
20	144	Togo	0,38	1167	50,5	0,517	0,6
21	145	Benin	0,378	1800	54,4	0,37	0,38
22	146	Zâmbia	0,378	986	42,7	0,782	0,52
23	148	Costa do Marfim	0,368	1731	51,8	0,401	0,38
24	150	Tanzania	0,358	636	50,6	0,678	0,33
25	153	Madagáscar	0,348	673	57,6	0,458	0,31
26	154	Rep. Centro-Africana	0,347	1092	48,4	0,6	0,27
27	156	Angola	0,344	1839	47,4	0,42	0,3
28	158	Senegal	0,342	1815	50,3	0,331	0,33
29	160	Uganda	0,34	1483	40,5	0,618	0,38
30	161	Malawi	0,334	773	41	0,564	0,76
31	163	Chade	0,318	1172	47,2	0,481	0,27
32	164	Guiné-Bissau	0,295	811	43,4	0,549	0,29
33	165	Gâmbia	0,291	948	46	0,386	0,39
34	166	Moçambique	0,281	959	46,3	0,401	0,25

O Desenvolvimento Humano e a Ajuda Pública ao Desenvolvimento
Uma Aplicação à África Subsaariana.

35	167	Guiné- Conakry	0,277	1139	45,5	0,359	0,25
36	169	Etiópia	0,252	455	48,7	0,355	0,2
37	170	Burundi	0,241	637	44,5	0,353	0,23
38	171	Mali	0,236	565	47	0,31	0,18
39	172	Burkina Faso	0,219	784	46,3	0,192	0,19
40	173	Níger	0,207	765	47,5	0,136	0,15
41	174	Serra Leoa	0,185	625	34,7	0,314	0,3